SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

MESTRADO E DOUTORADO EM CIÊNCIAS DO AMBIENTE

CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PALMAS

REGIMENTO INTERNO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DO AMBIENTE (PGCIAMB)

CAPÍTULO I
DOS OBJETIVOS

Art. 1º - Os Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* oferecidos pela Universidade Federal de Tocantins (UFT) têm a finalidade de proporcionar aos estudantes formação científica e cultural ampla e aprofundada, desenvolvendo a capacidade de pesquisa e inovação, nos diferentes ramos do saber.

Parágrafo Único - O Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente (PGCIAMB) tem como objetivo capacitar recursos humanos e gerar e difundir conhecimentos voltados à temática socioambiental e suas interfaces, numa perspectiva interdisciplinar, incentivando o diálogo entre diversos campos do saber. Desenvolver, fortalecer e divulgar as atividades de pesquisa, de ensino e de extensão, por meio de uma abordagem integrada e interdisciplinar, sobretudo, com foco nos problemas socioambientais locais e regionais da Amazônia Legal.

CAPÍTULO II
DA CÂMARA TÉCNICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

Art. 2º - O PGCIAMB, conforme Resolução Consepe n. 19/2013, está submetido à Câmera Técnica de Pesquisa e Pós-Graduação desta Universidade, à qual caberá, além do estabelecido em seus regulamentos próprios e nas Resoluções nº 01/06 e 02/06 do CEPG, a coordenação didática geral dos programas de pós-graduação da UFT.

CAPÍTULO III
DA PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*

Art. 3º - O PGCIAMB compreende dois níveis de formação, Mestrado e Doutorado, que conferirão os títulos de *Magister Scientiae* (M.Sc.) e *Doctor Scientiae* (D.Sc.), respectivamente.

CAPÍTULO IV

DO COLEGIADO E DA COORDENAÇÃO

Art. 4º - A execução do PGCIAMB ficará a cargo de um Colegiado.
Parágrafo Único - O Colegiado do PGCIAMB será composto por todos os docentes permanentes e colaboradores, pertencentes ou não ao quadro de professores da UFT, e 1 (um) representante discente do Programa, eleito por seus pares regularmente matriculados no Programa, com o respectivo suplente, para mandato de 1 (um) ano, sem direito à reeleição.

Art. 5º - O Colegiado é o órgão deliberativo superior do PGCIAMB.
§ 1º - As decisões do Colegiado do Programa só poderão ter recurso junto à Câmera Técnica de Pesquisa e Pós-Graduação desta Universidade.
§ 2º - As deliberações do Colegiado do Programa serão publicadas em atas, certificadas por Certidão, numeradas e assinadas pelos membros presentes na reunião e Secretaria do Programa.

Art. 6º - São atribuições do Colegiado do PGCIAMB:
a) Realizar e homologar a eleição, dentre os membros do Colegiado do PGCIAMB, do Coordenador e do Vice-Coordenador do Programa;
b) Reunir-se, ordinariamente e extraordinariamente, de acordo com o estabelecido no Colegiado do Programa, considerando como quórum, na segunda chamada (30 minutos), qualquer número de membros;
c) Elaborar e aprovar o Regimento Interno do Programa e suas alterações, que deverão ser encaminhadas à Câmera Técnica de Pesquisa e Pós-Graduação desta Universidade, para aprovação final;
d) Credenciar e descredenciar os nomes dos professores que integrarão o corpo docente do Programa, com base na produção científica e atendendo aos critérios estabelecidos pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), bem como dos orientadores e co-orientadores dos discentes do Programa.
e) Elaborar e aprovar os currículos dos cursos de Mestrado e de Doutorado, com indicação dos pré-requisitos e dos créditos das disciplinas que os compõem e recomendar sua modificação aos professores;
f) Aprovar, regularmente, a oferta de disciplinas dos cursos de Mestrado e Doutorado;
g) Definir o número de vagas, anualmente, em sua totalidade e por orientador;
h) Indicar e aprovar os membros da Comissão de Seleção, da Comissão de Bolsas e outras comissões que sejam necessárias;
i) Conhecer e aprovar relatórios das Comissões, ao fim de seus trabalhos;
j) Fazer o planejamento orçamentário do Programa e estabelecer critérios para a alocação de recursos;
k) Aprovar a documentação contábil, anualmente;
l) Solucionar os casos omissos nas presentes normas e dirimir dúvidas que, porventura, surgirem.
m) Estabelecer as metas a serem atingidas para a avaliação do Programa pela CAPES.

Art. 7º - A coordenação do PGCIAMB será exercida por uma Comissão Coordenadora, constituída por 1 (um) coordenador e por 1 (um) Vice-Coordenador, eleita pelo Colegiado do Programa e nomeada por portaria.

Art. 8º - O mandato do coordenador e vice-coordenador será de 3 (três) anos, com direito à reeleição.

Parágrafo Único - Caso o coordenador ou o vice-coordenador peça desligamento ou se afaste antes do término de seu mandato, será eleito outro membro pelo Colegiado, para concluir o mandato em vigência.

Art. 9º - Os membros da Comissão Coordenadora - coordenador e o vice-coordenador - serão eleitos em reunião do Colegiado do Programa, convocada e presidida pelo Coordenador vigente, exceto o representante estudantil.

Art. 10º - São atribuições específicas do Coordenador do PGCIAMB:

a) convocar e presidir as reuniões da Comissão Coordenadora e do Colegiado do Programa;

b) assinar, quando necessário, processos ou documentos submetidos ao julgamento do Colegiado do Programa;

c) encaminhar os processos e as deliberações do Colegiado do Programa às autoridades competentes;

d) promover entendimentos, com a finalidade de obter recursos humanos e materiais para suporte do desenvolvimento do Programa;

e) representar o Programa na Câmara Técnica de Pesquisa e Pós-Graduação, como membro nato;

f) nomear os membros para constituição das bancas para defesas de projeto, de qualificação, de dissertação e de tese, observado os apontamentos dos orientadores e, em caso de impasse, do Colegiado do Programa;

g) coordenar as atividades pertinentes à avaliação do Programa pela CAPES;

h) credenciar e descredenciar professores, bem como classificar os professores como permanentes ou colaboradores, observado os apontamentos do Colegiado e os critérios de avaliação da CAPES.

CAPÍTULO V
DO CREDENCIAMENTO E DO DESCREDENCIAMENTO

Art. 11º - Para o PGCIAMB, o credenciamento e o descredenciamento no exercício de atividades de Pós-Graduação far-se-ão sumariamente para o professor do magistério superior portador do título de doutor.

§ 1º - Entende-se por atividade de Pós-Graduação o ensino, a pesquisa, a orientação e a co-orientação.

§ 2º - A orientação no Programa far-se-á mediante indicação do Colegiado do Programa.

§ 3º - A orientação de estudante de doutorado requer experiência acadêmica como orientador de estudante de mestrado, com dissertação aprovada, e produção bibliográfica resultante de pesquisa, conforme os critérios estabelecidos pela Capes.

Art. 12º - O credenciamento de docente, pesquisador e técnico, desta instituição e de outras instituições, desde que sejam portadores do título de doutor, far-se-á seguindo indicações do Colegiado, com base nas linhas de pesquisas do Programa, na produção científica e atendendo aos critérios estabelecidos de avaliação e de classificação docente realizados pela Capes.

Parágrafo Único - O credenciamento de professores, técnicos e pesquisadores externos à Universidade Federal de Tocantins não implicará vínculo empregatício ou de qualquer natureza com a referida Universidade, nem acarretará alguma responsabilidade por parte desta.

Art. 13º - O descredenciamento de docente, pesquisador e técnico, desta instituição e de outras instituições, será realizado com base na análise do desempenho docente com base nos critérios de avaliação e de classificação docente utilizados pela Capes.

CAPÍTULO VI
DO CORPO DOCENTE

Art. 14º - As atividades de ensino, pesquisa, extensão, orientação e direção acadêmico-administrativa do PGCIAMB são da responsabilidade do seu corpo docente, composto por professores permanentes e colaboradores portadores de título de Doutor, com base na produção científica e atendendo aos critérios estabelecidos pela Capes.

§ 1º - Todos os integrantes do corpo docente do Programa devem estar diretamente engajados nas linhas de pesquisas e em projetos do Programa.

§ 2º - A permanência do docente no Programa, tanto nos cursos de Mestrado e Doutorado, está vinculada ao cumprimento das atividades docentes de ensino, pesquisa e orientação discente e aos critérios de avaliação e de classificação docente estabelecidos pelo Colegiado do Programa, para efeito da avaliação nacional da pós-graduação, realizada pela Capes.

Art. 15º - O PGCIAMB poderá contar com a participação, eventual ou por prazo limitado de professores visitantes e convidados, que deverão ser portadores do título de doutor e avaliados pelo Colegiado do Programa com relação ao *curriculum vitae* e perfil profissional no magistério superior e em pesquisa científica, bem como à proposta de atividades acadêmicas a serem desenvolvidas no Programa.

Art. 16º - São atribuições do corpo docente do PGCIAMB:

a) Participar do Colegiado do Programa;

b) Participar de projetos de pesquisa ligados às linhas de pesquisa do Programa;

c) Desenvolver atividades de ensino no Programa, por meio da oferta de disciplinas e participação nos seminários;

d) Ofertar vagas para seleção de candidatos aos cursos de Mestrado e Doutorado;

e) Orientar alunos do Mestrado e do Doutorado do Programa na elaboração dos projetos de pesquisa, exames de qualificação, dissertações e teses;

f) Participar e divulgar o Programa em eventos científicos, bem como informar o vínculo institucional com o Programa em publicações científicas de sua autoria;

g) Eleger o coordenador, o vice-coordenador e os membros das comissões que sejam necessárias.

CAPÍTULO VII
DA ORGANIZAÇÃO GERAL

Art. 17º - O Mestrado e o Doutorado terão duração mínima de 1 (um) e 2 (dois) anos e máxima de 2 (dois) e 4 (quatro) anos, respectivamente, contados a partir da data da matrícula.

§ 1º - Serão computados, para cálculo da duração máxima, os períodos em que o estudante, por qualquer razão, afastar-se da Universidade, salvo os casos motivados por problemas de saúde, nos termos da legislação vigente.

§ 2º - Excepcionalmente, por recomendação do orientador e com a aprovação do Colegiado do Programa, poderá ser concedida a extensão do prazo, observados os seguintes requisitos:

a) se solicitada por estudante que tenha completado todos os requisitos do Programa, exceto a defesa da dissertação ou da tese;
b) se o pedido formulado pelo estudante, devidamente justificado, estiver acompanhado dos seguintes comprovantes: documento de aprovação do projeto de pesquisa e do exame de qualificação, no doutorado; documento de recomendação do orientador, no qual deverá ser registrado o estágio de desenvolvimento da pesquisa e notado empenho do estudante em completar o trabalho no prazo previsto no pedido de extensão, e documento de aprovação da Coordenadora e/ou Colegiado do Programa de Pós-Graduação.
c) a concessão e a atribuição do prazo máximo de prorrogação são de competência do Colegiado do Programa.

Art. 18º - Para a obtenção do título e a expedição do diploma de mestre e de doutor, o estudante deverá atender às exigências estabelecidas neste regimento interno.

§ 1º Os alunos do Curso de Mestrado deverão apresentar, quando da solicitação de defesa, um artigo submetido, que equivalerá a 6 créditos referentes à outras atividades acadêmicas. Os alunos do Curso de Doutorado deverão apresentar, quando da solicitação de defesa, dois artigos, um com aceite ou publicado e outro submetido, que equivalerão a 6 créditos referentes à outras atividades acadêmicas.

§ 2º Os artigos a serem apresentados, quando da solicitação de defesa, tanto do Mestrado como do Doutorado, deverão estar relacionados com as pesquisas de Mestrado e Doutorado, constando o discente como primeiro autor e o orientador como um dos co-autores, e submetidos a periódicos com Qualis B3, B2, B1, A2 ou A1 (Capes).

CAPÍTULO VIII
DO NÚMERO DE VAGAS E DA SELEÇÃO

Art. 19º - O Colegiado do PGCIAMB deverá estabelecer e tornar públicos, por meio de edital, publicado na página oficial do Programa e da UFT, o número de vagas para os cursos de Mestrado e Doutorado, os períodos de inscrição e os critérios de seleção.

Parágrafo Único - Serão oferecidas no mínimo 25 vagas para os cursos de Mestrado e Doutorado a cada seleção, respeitado o número de vagas oferecido por cada orientador e as vagas destinadas às Ações Afirmativas.

Art. 20º - A seleção dos candidatos será realizada por uma Comissão de Seleção, com membros pertencentes e indicados pelo Colegiado do PGCIAMB.

Parágrafo Único - São atribuições da Comissão de Seleção:
a) Formulação do edital de seleção;
b) Homologação de candidaturas para a seleção;
c) Formulação dos itens de avaliação e distribuição de pesos e critérios por item;
d) Correção das avaliações;
e) Homologação dos resultados do exame de seleção de ingresso no Programa;
f) Apresentação de súmula de resultados ao Colegiado do Programa, para referendo deste Colegiado.

Art. 21º - A Coordenação do Programa publicará o resultado da seleção na página eletrônica do Programa e da UFT, após ter sido referendada pelo Colegiado do Programa.

CAPÍTULO IX
DA EXIGÊNCIA DE LÍNGUA ESTRANGEIRA

Art. 22º - O PGCIAMB exige comprovação de exame de suficiência em língua inglesa, para o Curso de Mestrado, e de línguas inglesa e espanhola para o Curso de Doutorado (de caráter classificatório), que deve ser apresentada no ato da inscrição para o processo seletivo.

Parágrafo Único - Serão aceitos os seguintes documentos:

a) Certificado ou Declaração de aprovação em teste realizado por Instituições Públicas de Ensino Superior, devidamente regularizadas no Sistema de Ensino do Ministério da Educação do Brasil.

b) Certificado ou Declaração de Aprovação do Test of English as Foreign Language (TOEFL) ou International English Language Test (IELTS), ou de outro teste que comprove suficiência de compreensão de texto em língua inglesa expedido pela Sociedade Brasileira de Cultura Inglesa ou pelo Centro Cultural Brasil Estados Unidos.

c) Diploma em Espanhol como Língua Estrangeira (DELE), concedido pelo Instituto Cervantes em nome do Ministério da Educação e Ciência da Espanha.

d) Para os candidatos ao doutorado, poderá ser aproveitado a suficiência em inglês ou espanhol adquirida por ocasião da seleção de mestrado, considerando a validade de 5 (cinco) anos a contar da data de realização do exame, mediante apresentação de declaração do programa de pós-graduação cursado.

Art. 23º - Por conta das vagas destinadas às Ações Afirmativas, outras línguas poderão ser consideradas, conforme deliberação da Comissão de Seleção.

CAPÍTULO X
DA ADMISSÃO

Art. 24º - Poderão ser admitidos no PGCIAMB os candidatos aprovados no Processo de Seleção estabelecido neste Regimento, considerando o número de vagas oferecidas pelo Programa.

§ 1º - No Curso de Mestrado, serão admitidos candidatos que tenham curso de nível superior, reconhecidos pelo MEC. No Curso de Doutorado, serão admitidos candidatos portadores do título de Mestre, reconhecidos pela Capes.

§ 2º - Não serão admitidos candidatos que possuam tão somente cursos sequenciais. Por cursos sequenciais, entendem-se aqueles destinados a proporcionar habilitações intermediárias de grau superior e organizados para formar profissionais aptos a atender às necessidades e características dos mercados de trabalho regional e nacional.

§ 3º - Em se tratando de estudantes estrangeiros, os mesmos deverão ter seus diplomas de graduação reconhecidos pelo MEC e de mestrado reconhecidos pela Capes ou por órgão equivalente do país de origem no ato da matrícula.

Art. 25º - Para a inscrição, o candidato deverá apresentar os documentos previstos pelos editais de seleção.

Art. 26º - A seleção será válida somente para matrícula no período letivo para o qual foi aprovado ou para o período subsequente, ouvida a Coordenação do Programa.

Art. 27º - As coordenações darão ciência, aos candidatos, do resultado do julgamento dos pedidos de inscrição.

CAPÍTULO XI
DA MATRÍCULA

Art. 28º - Em cada período letivo, na época fixada pelo Calendário de Pós-Graduação desta Universidade, todo estudante deverá requerer a renovação de sua matrícula junto à Secretaria do Programa.

§ 1º - Fica a renovação de matrícula permitida apenas aos estudantes que não tiverem pendências documentais junto ao Programa.

§ 2º - O estudante de Programa *Stricto Sensu* não poderá matricular-se em outro Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* ou em curso de graduação.

§ 3º - O estudante de qualquer programa *Strictu Sensu* da UFT poderá realizar matrícula em disciplinas de outros programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* no âmbito da UFT, desde que tenha a aprovação do seu orientador. A disciplina poderá ser aproveitada para a complementação dos créditos no seu Programa de origem, desde que o aluno faça o requerimento de aproveitamento da disciplina.

Art. 29º - Nos prazos previstos no Calendário de Pós-Graduação, o estudante que, por motivo de força maior, for obrigado a interromper seus estudos poderá solicitar o trancamento de sua matrícula junto à secretaria do Programa.

§ 1º - O trancamento terá validade por 1 (um) semestre letivo regular.

§ 2º - O trancamento de matrícula será concedido apenas 1 (uma) vez, e o semestre de trancamento será computado de acordo com o § 1º do Art. 14º deste Regimento.

§ 3º - Não será permitido o trancamento de matrícula no primeiro semestre de ingresso no Programa.

Art. 30º - A falta de renovação de matrícula na época própria implicará abandono do Programa e desligamento automático, se, na data fixada no Calendário de Pós-Graduação, o discente não requerer à Coordenação do Programa o trancamento, que será válido para o semestre letivo respectivo e concedido apenas 1 (uma) vez.

Art. 31º - O estudante poderá solicitar o cancelamento/trancamento de inscrição de uma ou mais disciplinas, obtida a autorização de seu orientador.

Parágrafo Único - O cancelamento de inscrição só poderá ser concedido uma vez para cada disciplina.

Art. 32º - As solicitações, acréscimo, substituição e cancelamento de inscrição em disciplinas deverão ser apresentados pelo estudante, obtida a autorização de seu orientador, ao Colegiado do Programa, dentro do prazo previsto, para cada caso, no Calendário da Pós-Graduação.

Parágrafo Único - A Secretaria do Programa deverá encaminhar à PROPESQ a lista de estudantes regularmente matriculados e a relação daqueles alunos que se encontram com a matrícula trancada em um prazo de até 10 (dez) dias após o término dos respectivos períodos, conforme o Calendário de Pós-Graduação.

CAPÍTULO XII
DA CONCESSÃO DE BOLSAS

Art. 33º - O número e disponibilidade de bolsas será definido pelo Colegiado do Programa, em consonância com a oferta por parte das instituições concedentes.

Art. 34º - Para a concessão das bolsas aos alunos regularmente matriculados no Programa, serão avaliados os seguintes critérios:

a) Classificação no exame de seleção para ingresso no Programa;

b) Dedicação exclusiva às atividades acadêmicas e de pesquisa, inclusive durante as férias letivas;

c) Não possuir vínculo empregatício, nem receber salário ou remuneração decorrente do exercício de atividades de qualquer natureza, durante a vigência da bolsa, exceto nos casos permitidos pelas agências concedentes;

d) Possuir rendimento acadêmico compatível com a dedicação exclusiva, sendo considerada como tal a obtenção de notas conceitos A e/ou B;

e) Fazer referência a sua condição de bolsista e à instituição concedente nas publicações e trabalhos acadêmicos apresentados;

Art. 35º - A seleção e indicação dos bolsistas será realizada por comissão definida pelo Colegiado do Programa.

CAPÍTULO XIII
DO REGIME DIDÁTICO

Art. 36º - O ensino regular será organizado sob a forma de disciplinas, ministradas em preleções, seminários, aulas práticas ou outros métodos didáticos, de acordo com o projeto curricular do PGCIAMB.

§ 1º - As disciplinas serão classificadas, de acordo com o projeto curricular do PGCIAMB, em obrigatórias, disciplinas do Eixo Teórico e do Eixo Instrumental, e em eletivas, disciplinas do Eixo de Formação Específica.

§ 2º - É obrigatório que as disciplinas do Eixo Teórico e do Eixo Instrumental apresentem dois ou mais docentes para serem ministradas.

§ 4º - Os Seminários de Integração são atividades interdisciplinares em que participam os docentes do Programa e os alunos regularmente matriculados no segundo semestre letivo do Curso de Mestrado.

§ 5º - Os Seminários de Doutorado I e II são atividades interdisciplinares em que participam os docentes do Programa e os alunos regularmente matriculados no primeiro e segundo semestres do Curso de Doutorado, com o intuito de aprimorar a construção da problemática e do objeto de investigação dos projetos de pesquisa, bem como de adequar a aplicação de métodos e técnicas de pesquisa.

§ 6º - É obrigatório que o aluno (Mestrado e Doutorado) cumpra 6 créditos em disciplinas eletivas, de acordo com o projeto curricular do PGCIAMB.

Art. 37º - Estágio em Docência no Ensino Superior é obrigatório para o Curso de Doutorado e para os alunos bolsistas do Curso de Mestrado, segundo as exigências das agências de fomento, e coordenado pelo orientador.

Parágrafo Único - Nas disciplinas de Estágio em Docência no Ensino Superior, o estudante poderá utilizar, no máximo, 3 (três) créditos, em cada semestre, para integralizar seu plano de estudo.

Art. 38º - A unidade básica para avaliação da intensidade e duração das disciplinas é o crédito, equivalendo 1 (um) crédito a 15 (quinze) horas de preleção ou de aulas práticas.

Art. 39º - A verificação do aproveitamento nas disciplinas será feita a critério do professor. No caso específico da disciplina Estágio em Docência no Ensino Superior, a verificação de desempenho será feita pelo professor da disciplina em que o estudante executou as atividades programadas.

Art. 40º - O sistema de avaliação na disciplina será o de conceito, representado por letra, obedecida a seguinte equivalência de rendimento, conforme tabela abaixo.

Parágrafo Único - O conceito K (trancamento de matrícula) representa o efetivo trancamento de matrícula.

NOTAS-CONCEITO	SÍMBOLOS	RENDIMENTO PERCENTUAL
Excelente	A	De 90 a 100 %
Bom	B	De 75 a 89 %
Regular	C	De 60 a 74 %
Reprovado	R	Abaixo de 60 %
Trancamento de matrícula	K	
Satisfatório	S	
Não satisfatório	N	

Art. 41º - As exigências que não conferem crédito ou não integralizam créditos previstos no Art. 60 ou no Art. 61 deste Regimento serão avaliadas por meio dos seguintes conceitos: S - Satisfatório e N - Não Satisfatório.

Art. 42º - Ao término de cada período letivo, será calculado o coeficiente de rendimento, a partir da soma do número de créditos de cada disciplina, multiplicado pelos valores 3, 2, 1 e 0, atribuídos aos conceitos A, B, C e R, respectivamente, e dividido pelo número total de créditos das respectivas disciplinas.

§ 1º - Para o cálculo do coeficiente de rendimento acumulado, o valor será representado com uma casa decimal, que será arredondada para o algarismo imediatamente superior, caso a segunda casa decimal seja igual ou superior a 5 (cinco).

§ 2º - O coeficiente de rendimento é o resultado da divisão da soma dos pontos obtidos pela soma dos créditos das disciplinas cursadas em cada período e às quais tenham sido aplicados os conceitos A, B, C ou R.

§ 3º - O coeficiente de rendimento acumulado é obtido em relação a todos os períodos cursados.

Art. 43º - Não serão utilizadas, na contagem de créditos exigidos no Programa, as disciplinas cujos conceitos forem R ou K.

Art. 44º - Será reprovado, para todos os efeitos previstos neste Regimento, o estudante que não alcançar frequência de, no mínimo, 75% nas atividades didáticas programadas.

Art. 45º - Será desligado do Programa o estudante que se enquadrar em uma ou mais das situações especificadas a seguir, exceto nos casos em que ele se matricular apenas em disciplinas que não entram no cômputo do coeficiente de rendimento:

a) obtiver, no seu primeiro período letivo, coeficiente de rendimento inferior a 1,3 (um vírgula três décimos);

b) obtiver, no seu segundo período letivo, coeficiente de rendimento acumulado inferior a 1,7 (um vírgula sete décimos);
c) obtiver, no seu segundo período letivo, coeficiente de rendimento acumulado inferior a 2,0 (dois vírgula zero), tendo completado o número mínimo de créditos exigidos pelo Programa;
d) obtiver, no seu terceiro período letivo e nos subsequentes, coeficiente de rendimento acumulado inferior a 2,0 (dois vírgula zero);
e) obtiver nota R (reprovação) em qualquer disciplina repetida;
f) não efetuar a matrícula regularmente dentro do prazo estabelecido pelo Programa;
g) receber parecer de desempenho não-satisfatório pela segunda na Defesa do Projeto de Pesquisa e no Exame de Qualificação;
h) receber parecer de desempenho não-satisfatório, por parte do orientador, baseado no não cumprimento, não justificado, nos Trabalho de Dissertação e Trabalho de Tese, que deverá ser referendado pelo Colegiado do Programa.
i) não completar todos os requisitos do Programa no prazo estabelecido.

§ 1º - O conceito "R" será computado no cálculo do coeficiente de rendimento enquanto outro conceito não for atribuído à disciplina repetida.

§ 2º - Em caso de alunos bolsistas, os mesmos ficarão sujeitos às regras de penalização das agências de fomento.

CAPÍTULO XIV
DO APROVEITAMENTO DE CRÉDITOS

Art. 46º - Poderão ser aproveitados créditos de disciplinas cursadas em outros Programas de Pós-Graduação, desde que compatíveis com o conteúdo do PGCIAMB, a critério do orientador e do Colegiado.

Parágrafo Único - Não poderão ser aproveitados créditos obtidos em disciplinas de cursos *Lato Sensu*.

Art. 47º - A solicitação de aproveitamento de créditos deverá ser feita pelo estudante com a aprovação do orientador e do Colegiado.

Art. 48º - Apenas as disciplinas com conceitos A e B poderão ser aproveitadas para o cômputo do número mínimo de créditos exigidos.

Art. 49º - O aproveitamento de créditos do estudante não vinculado só poderá ocorrer se obtidos antes da matrícula como estudante regular.

Parágrafo Único - O aproveitamento de créditos obtidos como estudante não vinculado será transcrito no Histórico Escolar e entrará no cômputo do coeficiente de rendimento acadêmico.

Art. 50º - Para o caso de créditos aproveitados de Cursos de outro nível, serão registradas no Histórico Escolar, no espaço destinado a "observações", as seguintes anotações:
a) total de créditos aproveitados;
b) nome e nível do Curso a que se referem os créditos;
c) referência à aprovação em "Exame de Língua", se for o caso.

Art. 51º- O aproveitamento de créditos de disciplinas ocorrerá até cinco anos a contar da data de realização da disciplina.

CAPÍTULO XV
DA ORIENTAÇÃO DO ESTUDANTE

Art. 52º - A orientação didático-pedagógica do estudante será exercida pelo orientador.

Parágrafo único - O orientador do estudante será indicado pelo Colegiado.

Art. 53º - A pesquisa para elaboração da dissertação ou da tese será supervisionada individualmente pelo orientador.

Art. 54º - Cabe, especificamente, ao orientador:

a) organizar o plano de estudo do estudante;

b) propor os nomes de co-orientadores, caso julgue necessário;

c) orientar a pesquisa, objeto da dissertação ou da tese do estudante;

d) convocar reuniões periódicas com o estudante;

e) aprovar o requerimento de renovação de matrícula, bem como os pedidos de substituição, cancelamento e inscrição em disciplinas e de trancamento de matrícula;

f) presidir as bancas de defesas de Projeto de Pesquisa, de Exame de Qualificação e de Dissertação ou Tese.

CAPÍTULO XVI
DO PROJETO DE PESQUISA

Art. 55º - Todo estudante de pós-graduação desta Universidade deverá preparar, obrigatoriamente, um Projeto de Pesquisa para o desenvolvimento de sua dissertação ou tese, que deverá ser elaborado sob a supervisão do orientador.

Art. 56º - A avaliação do Projeto de Pesquisa será realizada por banca examinadora, composta pelo orientador, que preside a banca, e por dois outros professores, portadores de título de Doutor, em sessão pública.

§ 1º - O aluno deverá apresentar à Coordenação do Programa o Projeto de Pesquisa da Dissertação, para o curso de Mestrado, até o final do primeiro semestre, com aval de seu orientador, e conforme o calendário, sem o qual não lhe será permitida a matrícula no 2º período letivo; e o Projeto de Pesquisa da Tese, para o curso de Doutorado, até o final do segundo semestre, com aval de seu orientador, e conforme o calendário, sem o qual não lhe será permitida a matrícula no 3º período letivo.

§ 2º - A banca avaliará o Projeto de Dissertação ou o Projeto de Tese, indicando:

a) S - Satisfatório, com aprovação imediata sem modificações;

b) S - Satisfatório, com aprovação com restrições, a serem resolvidas com o orientador;

c) N - Não-Satisfatório, em que o projeto deverá ser reapresentado em defesa pública, em até 30 dias, a contar a partir da data da defesa, mantendo-se a mesma banca examinadora.

§ 3º As normas para a avaliação de projetos de pesquisa deverão ser elaboradas pelo Colegiado do Programa.

Art. 57º - É de competência do orientador e do estudante, quando for o caso, submeter o projeto de pesquisa ao comitê de Ética da UFT e Órgãos competentes.

CAPÍTULO XVII
DO EXAME DE QUALIFICAÇÃO

Art. 58º - Todo estudante candidato ao título de *Doctor Scientiae* deverá submeter-se ao exame de qualificação, em sessão fechada.

Art. 59º - Somente poderá prestar exame de qualificação o estudante que integralizar todos os créditos previstos no Regimento Interno do Programa ao qual se encontra vinculado.

Parágrafo Único: o aluno do Curso de Doutorado deverá apresentar à Coordenação do Programa o Exame de Qualificação de Tese, com aval do orientador, e conforme o calendário, até o final do 5º período letivo, sem o qual não lhe será permitida a matrícula no 6º período letivo.

Art. 60º - O pedido de exame de qualificação, aprovado pelo estudante e pelo orientador, será encaminhado ao Coordenador e Colegiado do Programa, para apreciação e solicitação da banca examinadora.

Art. 61º - A Banca Examinadora, composta de, no mínimo 5 (cinco) membros para Doutorado, será constituída de portadores do título de doutor.

Art. 62º - O presidente da Banca Examinadora e seus membros, propostos pelo Orientador, serão designados pelo coordenador do Programa.

Parágrafo Único - Em caso de impedimento do orientador, a Comissão Coordenadora e/ou Colegiado do Programa indicará, com conhecimento do orientador, dentre os membros da Banca Examinadora, um substituto, que presidirá a banca.

Art. 63º - Será considerado aprovado o estudante que obtiver a aprovação unânime dos membros da Banca Examinadora.

Art. 64º - Ao estudante não aprovado no exame de qualificação será concedida mais uma oportunidade, decorrido um prazo máximo de 2 (dois) meses, a contar da data de sua realização, mantendo-se a mesma banca examinadora.

CAPÍTULO XVIII
DA DISSERTAÇÃO OU TESE

Art. 65º - Todo estudante de pós-graduação, candidato ao título de *Magister Scientiae* ou de *Doctor Scientiae,* deverá preparar e defender uma dissertação ou tese, respectivamente, e nela ser aprovado.

§ 1º - A dissertação ou tese poderá ser redigida em português, inglês ou espanhol, e poderá ser feita na forma de artigo científico a critério da Comissão Coordenadora e do Colegiado.

§ 2º - A forma, a linguagem e o conteúdo da dissertação ou tese são de responsabilidade do candidato e do orientador.

§ 3º - A dissertação ou tese, sob a supervisão do orientador, deverá basear-se em trabalho de pesquisa original que represente real contribuição ao conhecimento científico do tema.

§ 4º - Os resultados de pesquisa originados dos trabalhos de Mestrado ou de Doutorado estão sujeitos às leis vigentes e às normas ou resoluções relativas à propriedade intelectual vigente.

Art. 66º - A dissertação será defendida perante uma banca de 3 (três) membros e a de tese perante uma banca composta por 5 (cinco) membros, portadores do título de doutor, sob a presidência do orientador.

§ 1º - A banca será designada com 3 (três) membros titulares e 1 (um) suplente para a defesa de dissertação e com 5 (cinco) membros titulares e 2 (dois) suplentes para a defesa de tese.

§ 2º - A solicitação da banca para defesa da dissertação ou tese só poderá ser feita com o assentimento expresso do orientador do estudante.

§ 3º - Dos membros da banca de dissertação e de tese, incluindo os titulares e os suplentes, pelo menos 1 (um) para mestrado e 2 (dois) para doutorado, deverão ser externos ao Programa, sendo que para a banca de defesa de tese um dos titulares obrigatoriamente não poderá pertencer ao quadro de professores da UFT.

§ 4º - Caso a dissertação tenha co-oritentação, o co-orientador não terá papel de avaliador na banca de defesa.

§ 5º - Designada a banca para a defesa da dissertação ou tese, deverá ser respeitado um prazo mínimo de 20 (vinte) dias para a defesa. Cabe ao orientador fixar a data, a hora e o local da defesa e informar aos membros da banca e ao estudante.

§ 6º - Será aprovado o candidato que obtiver a aprovação unânime dos membros da Banca.

§ 7º - O candidato que não obtiver a aprovação poderá submeter-se a mais uma defesa, respeitando-se um período mínimo de 90 dias e máximo 120 dias, mantendo-se a mesma banca examinadora.

Art. 67º - Somente estará apto a submeter-se à defesa de dissertação ou de tese o estudante que tiver cumprido as seguintes condições:

a) ter cumprido todas as exigências estabelecidas neste Regimento;

b) tiver concluído todos os créditos em disciplinas (25 créditos, tanto para os alunos do Curso de Mestrado como do Doutorado), em outras atividades acadêmicas (6 créditos, tanto para os alunos do Curso de Mestrado como do Doutorado) e estar matriculado apenas na disciplina Trabalho de Dissertação (Mestrado), que computa 20 créditos, ou Trabalho de Tese (Doutorado), que computa 40 créditos.

Parágrafo Único - Ao final do período letivo regular, o estudante que ainda tiver como atividade remanescente a defesa da dissertação ou tese deverá matricular-se na disciplina Trabalho Dissertação ou de Tese na próxima data de renovação de matrícula, estabelecida no Calendário da Pós-Graduação da Universidade Federal de Tocantins.

Art. 68º - A versão final da dissertação ou tese, elaborada e aprovada conforme as instruções vigentes, e devidamente assinada pelos membros da Banca Examinadora, deverá ser entregue, na Secretária do Programa, 30 (trinta) dias após a data da defesa. O não cumprimento dessa exigência implica na extinção do direito ao título.

Parágrafo Único: Enquanto não houver entregado a versão final da dissertação ou tese, o estudante não fará jus a nenhum tipo de documento declaratório de conclusão de curso, excetuando-se a Ata de Defesa.

CAPÍTULO XIX
DO TÍTULO ACADÊMICO

Art. 69º - O título de *Magister Scientiae* será conferido ao estudante que:

a) Atender todas as exigências previstas no Art. 67º;

b) Obter aprovação na defesa da Dissertação;
c) Completar, no mínimo, 45 (quarenta e cinco) créditos em disciplinas e trabalhos de dissertação do Programa de Pós-Graduação no qual estiver vinculado, de acordo com o disposto neste Regimento, com coeficiente de rendimento acumulado igual ou superior a 2 (dois), e 6 (seis) créditos referentes a outras atividades acadêmicas (um artigo submetido), totalizando 51 créditos;
d) Atender às exigências de língua estrangeira;
e) Apresentar, na Secretária do Programa, o texto da Dissertação e as respectivas cópias em versão final, devidamente aprovada pelo orientador, em 30 (trinta) dias após a data da defesa.

Art. 70º - O título *de Doctor Scientiae* será conferido ao estudante que:
a) Atender todas as exigências previstas no Art. 67º;
c) Completar, no mínimo, 65 (sessenta e cinco) créditos em disciplinas e trabalhos de tese do Programa de Pós-Graduação no qual estiver vinculado, de acordo com o disposto neste Regimento, com coeficiente de rendimento acumulado igual ou superior a 2 (dois), e 6 (seis) créditos referentes a outras atividades acadêmicas (um artigo publicado ou com aceite de publicação e outro artigo submetido), totalizando 71 créditos;
d) atender às exigências de língua estrangeira;
e) apresentar, na Secretária do Programa, o texto da Tese e as respectivas cópias em versão final, devidamente aprovada pelo orientador, em 30 (trinta) dias após a data da defesa.

CAPÍTULO XX
DOS ESTUDANTES NÃO VINCULADOS

Art. 71º - O PGCIAMB poderá aceitar estudantes não vinculados com interesse em aperfeiçoar seus conhecimentos, sem, contudo, visarem à obtenção de um título de pós-graduação.

Art. 72º - O período de inscrição encerrar-se-á 30 (trinta) dias antes da oferta da(s) disciplina(s) e deverá receber aprovação do professor de cada disciplina e do coordenador do Programa.

§ 1º - A inscrição será feita na secretaria do PGCIAMB e deverá obedecer aos critérios estabelecidos anteriormente.

§ 2º - O estudante não vinculado poderá matricular-se apenas em 1 (uma) disciplina por período regular, no máximo, 2 (dois) semestres letivos.

§ 3º - Em caso de alunos oriundos de intercâmbios ou convênios não se aplica o quantitativo disposto no § 2° deste artigo.

Art. 73º - A admissão do estudante não vinculado terá validade para um semestre letivo.

Parágrafo Único: A concessão de nova matrícula como estudante não vinculado estará condicionada à aprovação na(s) disciplina(s) cursada(s).

CAPÍTULO XXI
DA EMISSÃO DE CERTIFICADO DE ESPECIALIZAÇÃO PARA ESTUDANTE DE MESTRADO

Art. 74º - O PGCIAMB, no que concerne a emissão de certificado de especialização para estudante de mestrado, observa o disposto na Resolução Consepe n. 19/2013 da UFT.

TÍTULO XXII
DO PÓS-DOUTORAMENTO

Art. 75º - O PGCIAMB, no que concerne o pós-doutoramento, observa o disposto na Resolução Consepe n. 19/2013 da UFT.

TÍTULO XXIII
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 76º - As disposições constantes neste Regimento poderão ser modificadas pelo Colegiado do Programa, quando necessário, mesmo durante o ano letivo, e submetidas à aprovação pela Câmera Técnica de Pesquisa e Pós-Graduação desta Universidade.

Art. 77º - Os casos omissos serão decididos pelo Colegiado do Programa.

Art. 78º - Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial o Regimento precedente a este.

Palmas, 14 de maio de 2014.

COEFICIENTE DE RENDIMENTO

1. COEFICIENTE DE RENDIMENTO (CR) é o resultado da divisão da soma dos pontos obtidos no período pela soma dos créditos das disciplinas nas quais se encontra inscrito o aluno. Exemplifica-se:

Cálculo do Coeficiente de Rendimento

Disciplinas	Créditos	Conceitos	Valores	Pontos
CTP 710	4	C	1	4
CTP 600	3	B	2	6
CTP 602	3	R	0	0
CTP 634	4	C	1	4
CTP 671	3	A	3	9
Soma	17	-	-	23

Coeficiente de Rendimento (CR) 23:17 = 1,4

2. COEFICIENTE DE RENDIMENTO ACUMULADO é o resultado, desde o primeiro período regular do aluno, da divisão da soma de todos os pontos já obtidos pela soma de todos os créditos das disciplinas em que se matriculou efetivamente.

PROJETO CURRICULAR DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DO AMBIENTE (PGCIAMB)

Área de Concentração

A área de concentração em Ciências do Ambiente visa o debate, a análise e à geração de conhecimento relacionado à temática ambiental e suas interfaces, numa perspectiva socioambiental. Os pressupostos teóricos e metodológicos que tratam da conservação da biodiversidade e dos recursos naturais, dos modos de vida da sociedade e suas relações com a natureza, especialmente na região da Amazônia Legal, constituem a problemática central da área.

Linhas de Pesquisa

Biodiversidade e Recursos Naturais: A linha de pesquisa em Biodiversidade e Recursos Naturais tem como objetivo o estudo dos componentes bióticos e abióticos, levando-se em consideração o manejo e a conservação dos recursos naturais renováveis e não-renováveis. O alinhamento das pesquisas baseia-se nas premissas da Convenção da Diversidade Biológica (CDB), tendo como metas a Agenda 21.
Para tanto, a linha de pesquisa concentra-se em algumas das ações previstas nas seções II e IV da Agenda 21:
Seção II: Conservação e Manejo dos Recursos para o Desenvolvimento Combate ao desflorestamento, proteção de ambientes críticos, conservação da diversidade biológica.
Seção IV: Meios de Implantação Transferência de tecnologias, educação e ciência.
Dessa maneira, as pesquisas são importantes para a tomada de decisões das políticas públicas, e dessa forma são estreitamente relacionadas, tenho em vista a importância socioambiental, com a segunda linha de pesquisa do Curso.

Natureza, Cultura e Sociedade: A linha de pesquisa "Natureza, Cultura e Sociedade" tem como foco as pesquisas que contemplam, por meio das categorias de análise cultura e natureza, as relações entre sociedade e meio ambiente, partindo-se dos seus pressupostos teóricos e metodológicos. Somam-se a isto, estudos que consideram a cultura como objeto de interpretações multidisciplinares e que problematizem as relações entre sociedade e natureza na perspectiva socioambiental tendo em vista o panorama da sustentabilidade planetária. Neste sentido, visando o entendimento e a valorização dos seus diferentes elementos, a linha de pesquisa propõe analisar os condicionantes e as implicações ambientais, sociais e culturais em áreas urbanas ou rurais, em processo de transformação, sobretudo em função de políticas públicas e de grandes projetos.

Caracterização do Programa e dos Cursos

Objetivos: O Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente (PGCIAMB) tem como objetivo capacitar recursos humanos e gerar e difundir conhecimentos voltados à temática socioambiental e suas interfaces, numa perspectiva interdisciplinar, incentivando o diálogo entre diversos campos do saber. Desenvolver, fortalecer e divulgar as atividades de pesquisa, de ensino e de extensão, por meio de uma abordagem integrada e interdisciplinar, sobretudo, com foco nos problemas socioambientais locais e regionais da Amazônia Legal.

Cursos: O PGCIAMB compreende dois níveis de formação, Mestrado e Doutorado, que conferirão os títulos de *Magister Scientiae* (M.Sc.) e *Doctor Scientiae* (D.Sc.), respectivamente.

Tempo de duração: Os cursos de Mestrado e o Doutorado terão duração mínima de 1 (um) e 2 (dois) anos e máxima de 2 (dois) e 4 (quatro) anos, respectivamente, contados a partir da data da matrícula.

Créditos para titulação de Mestrado: O aluno de Mestrado deverá cumprir um total de 51 (cinquenta e um) créditos, sendo 25 (vinte e cinco créditos) em disciplinas, 20 (vinte créditos) na elaboração da dissertação (Trabalho de Dissertação), que pressupõe defesa de Projeto de Pesquisa, e 6 (seis créditos) referentes a outras atividades acadêmicas (um artigo submetido).

As disciplinas estão distribuídas da seguinte forma:
- Dezenove (19) créditos em obrigatórias, sendo elas: Ecologia (3 créditos), Ciências da Terra (3 créditos), Cultura, Sociedade e Meio Ambiente (3 créditos), Metodologia da Pesquisa Interdisciplinar (3 créditos), Técnicas de Estudo do Meio Ambiente (3 créditos) e Seminários de Integração (4 créditos);

- Seis (6) créditos em disciplinas optativas (eletivas), cada uma com três (3) créditos, sendo: Sistemas Sócio-Ecológicos Complexos, Cidade e Problemática Ambiental Urbana, Fenomenologia e Percepção Ambiental, Imaginário e Meio Ambiente, Técnicas de Poluição da Água, Saúde das Populações, Gestão Ambiental com Ênfase em Licenciamento Ambiental, Química Ecológica, Ecologia e Conservação da Biodiversidade na Amazônia, Natureza e Diversidade Cultural, Hidrologia, Geoecologia das Paisagens, Processos Ecológicos em Zona Ripária, Microbiologia Médica Ambiental, Estatística e Tópicos Especiais.

Créditos para titulação de Doutorado: O aluno de doutorado deverá cumprir um total de 71 (setenta e um) créditos, sendo 25 (vinte e cinco créditos) em disciplinas, 40 (quatro créditos) na elaboração da tese (Trabalho de Tese), que pressupõe defesa de Projeto de Pesquisa e de Exame de Qualificação, e 6 (seis créditos) referentes a outras atividades acadêmicas (um artigo publicado ou com aceite de publicação e outro artigo submetido).

As disciplinas estão distribuídas da seguinte forma:
- Dezenove (19) créditos em obrigatórias, sendo elas: Ecologia (3 créditos), Ciências da Terra (3 créditos), Cultura, Sociedade e Meio Ambiente (3 créditos), Seminários de Doutorado I (3 créditos), Seminários de Doutorado II (3 créditos), Docência no Ensino Superior (4 créditos);

- Seis (6) créditos em disciplinas optativas (eletivas), cada uma com três (3) créditos, sendo elas: Sistemas Sócio-Ecológicos Complexos, Cidade e Problemática Ambiental Urbana, Fenomenologia e Percepção Ambiental, Imaginário e Meio Ambiente, Poluição da Água, Saúde das Populações, Gestão Ambiental com Ênfase em Licenciamento Ambiental, Química

Ecológica, Ecologia e Conservação da Biodiversidade na Amazônia, Natureza e Diversidade Cultural, Hidrologia e Tópicos Especiais.

Disciplinas: As disciplinas são classificadas em obrigatórias, disciplinas do Eixo Teórico e do Eixo Instrumental, e em eletivas, disciplinas do Eixo de Formação Específica.

Disciplinas do Eixo Teórico (obrigatórias): Ciências da Terra; Ecologia; e Cultura, Sociedade e Meio Ambiente (Mestrado e Doutorado).

Disciplinas do Eixo Instrumental (obrigatórias): Metodologia da Pesquisa Interdisciplinar; Técnicas de Estudo do Meio Ambiente; Seminários de Integração (Mestrado); Seminários de Doutorado I e II; e Estágio em Docência no Ensino Superior (Doutorado).

Disciplinas do Eixo de Formação Específica (eletivas/optativas): Sistemas Sócio-Ecológicos Complexos, Cidade e Problemática Ambiental Urbana, Fenomenologia e Percepção Ambiental, Imaginário e Meio Ambiente, Poluição da Água, Saúde das Populações, Gestão Ambiental com Ênfase em Licenciamento Ambiental, Química Ecológica, Ecologia e Conservação da Biodiversidade na Amazônia, Natureza e Diversidade Cultural, Hidrologia e Tópicos Especiais.

Os Seminários de Integração são atividades interdisciplinares em que participam os docentes do Programa e os alunos regularmente matriculados no segundo semestre letivo do Curso de Mestrado.

Os Seminários de Doutorado I e II são atividades interdisciplinares em que participam os docentes do Programa e os alunos regularmente matriculados no primeiro e segundo semestres do Curso de Doutorado, com o intuito de aprimorar a construção da problemática e do objeto de investigação dos projetos de pesquisa, bem como de adequar a aplicação de métodos e técnicas de pesquisa.

Estágio em Docência no Ensino Superior é obrigatório para o Curso de Doutorado e para os alunos bolsistas do Curso de Mestrado, segundo as exigências das agências de fomento, e coordenado pelo orientador.

O estudante do Curso de Mestrado deverá preparar e submeter à banca um Projeto de Pesquisa para o desenvolvimento de sua dissertação, que deverá ser elaborado sob a supervisão do orientador.

O estudante do Curso de Doutorado deverá preparar e submeter à banca um Projeto de Pesquisa para o desenvolvimento de sua Tese, bem como deverá submeter-se à Exame de Qualificação. Ambos deverão ser elaborados sob a supervisão do orientador.

Com relação às disciplinas, a unidade básica é o crédito, equivalendo 1 (um) crédito a 15 (quinze) horas/aulas e a avaliação será por meio do conceito, representado por letra, obedecida a equivalência abaixo:

NOTAS-CONCEITO	SÍMBOLOS	RENDIMENTO PERCENTUAL
Excelente	A	De 90 a 100 %
Bom	B	De 75 a 89 %
Regular	C	De 60 a 74 %
Reprovado	R	Abaixo de 60 %
Trancamento de matrícula	K	
Satisfatório	S	
Não satisfatório	N	

Com relação à defesa do Projeto de Pesquisa e do Exame de Qualificação, a banca avaliará indicando: S - Satisfatório, com aprovação imediata sem modificações; S - Satisfatório, com aprovação com restrições, a serem resolvidas com o orientador; e N - Não-Satisfatório, em que o projeto ou a qualificação deverão ser reapresentados à banca, em defesa pública, respectivamente, em até 30 dias ou 60 dias, a contar a partir da data da defesa.

Com relação à defesa da dissertação e da tese, a banca avaliará indicando: S - Satisfatório, com aprovação imediata sem modificações; S - Satisfatório, com aprovação com restrições, a serem resolvidas com o orientador; e N - Não-Satisfatório, em que a dissertação ou a tese deverão ser submetidos, a mais uma defesa, respeitando-se um período mínimo de 90 dias e máximo 120 dias, mantendo-se a mesma banca examinadora.

MESTRADO EM CIÊNCIAS DO AMBIENTE

ESTRUTURA CURRICULAR		
DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS		
Nome da disciplina	**Crédito Minimo**	**Carga Horaria**
Ciências da Terra	3 créditos	45 horas
Ecologia	3 créditos	45 horas
Cultura, Sociedade e Meio Ambiente	3 créditos	45 horas
Metodologia de Pesquisa Interdisciplinar	3 créditos	45 horas
Técnicas de Estudos do Meio Ambiente	3 créditos	45 horas
Seminário de Integração	4 créditos	60 horas
TOTAL: 6 Disciplinas	**TOTAL : 19 créditos**	**TOTAL: 285 horas**
DISCIPLINAS ELETIVAS/OPTATIVAS		
Nome da disciplina	**Crédito Minimo**	**Carga Horaria**
Química Ecológica	3 créditos	45 horas
Geoecologia das Paisagens	3 créditos	45 horas
Processos Ecológicos em Zona Ripária	3 créditos	45 horas
Sistemas Sócio- Ecológicos Complexos	3 créditos	45 horas
Ecologia e Conservação da Biodiversidade na Amazônia	3 créditos	45 horas
Microbiologia Médica Ambiental	3 créditos	45 horas

Estatística	3 créditos	45 horas
Natureza e Diversidade Cultural	3 créditos	45 horas
Cidade e Problemática Ambiental Urbana	3 créditos	45 horas
Gestão Ambiental com Enfase em Licenciamento Ambiental	3 créditos	45 horas
Fenomenologia e Percepção Ambiental	3 créditos	45 horas
Hidrologia	3 créditos	45 horas
Imaginário e Meio Ambiente	3 créditos	45 horas
Poluição da Água	3 créditos	45 horas
Saúde das Populações	3 créditos	45 horas
Tópicos Especiais	3 créditos	45 horas
TOTAL: 16 Disciplinas	**TOTAL** : **48 créditos**	**TOTAL: 720 horas**
OBSERVAÇÃO: 1- O aluno terá a obrigação de cursar 02 (duas) disciplinas Optativas de 03 créditos cada , totalizando 06 créditos e 90 horas para integralizar o curso . **TRABALHOS DE DISSERTAÇÃO**		
Trabalho de Dissertação I	10 créditos	150 horas
Trabalho de Dissertação II	10 créditos	150 horas
TOTAL: 2 Disciplinas	**TOTAL : 20 créditos**	**TOTAL: 300 horas**

QUADRO RESUMO

CRÉDITOS E CARGA HORARIA EXIGIDOS PARA QUE ALUNO CONCLUA O CURSO

Disciplinas	**Total de créditos**	**Total de horas**
Obrigatórias	19 créditos	285 horas
Optativas	06 créditos	90 horas
Dissertação	20 créditos	300 horas
Outras Atividades Acadêmicas	06 créditos	90 horas
TOTAL:	**51 créditos**	**765 horas**

DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS		
Nome da disciplina	**Crédito Minimo**	**Carga Horaria**
Ciências da Terra	3 créditos	45 horas
Ecologia	3 créditos	45 horas
Cultura, Sociedade e Meio Ambiente	3 créditos	45 horas
Metodologia de Pesquisa Interdisciplinar	3 créditos	45 horas
Técnicas de Estudos do Meio Ambiente	3 créditos	45 horas
Seminário de Integração	4 créditos	60 horas
TOTAL: 6 Disciplinas	**TOTAL : 19 créditos**	**TOTAL: 285 horas**

DISCIPLINAS ELETIVAS/OPTATIVAS		
Nome da disciplina	**Crédito Minimo**	**Carga Horaria**
(OFERTADA)	3 créditos	45 horas
(OFERTADA)	3 créditos	45 horas
TOTAL: 2 Disciplinas	**TOTAL** : **6 créditos**	**TOTAL: 90 horas**

OUTRAS ATIVIDADES ACADÊMICAS

Outras Atividades Acadêmicas	**Créditos Mínimos**	**Horas**
TOTAL: 6 créditos	6 créditos	90 horas

TRABALHOS DE DISSERTAÇÃO		
Trabalho de Dissertação I	10 créditos	150 horas
Trabalho de Dissertação II	10 créditos	150 horas
TOTAL: 2 Disciplinas	**TOTAL** : 20 créditos	**TOTAL: 300 horas**

SITUAÇÃO FINAL (carga horaria minima e créditos mínimos)

DURAÇÃO: 2 ANOS	**51 créditos**	**765 horas**

DOUTORADO EM CIÊNCIAS DO AMBIENTE

ESTRUTURA CURRICULAR

DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS

Nome da disciplina	**Crédito Mínimo**	**Carga Horaria**
Ciências da Terra	3 créditos	45 horas
Ecologia	3 créditos	45 horas
Cultura, Sociedade e Meio Ambiente	3 créditos	45 horas
Docência do Ensino Superior	4 créditos	60 horas
Seminário de Doutorado I	3 créditos	45 horas
Seminário de Doutorado II	3créditos	45 horas
TOTAL: 6 Disciplinas	**TOTAL : 19 créditos**	**TOTAL: 285 horas**

DISCIPLINAS OPTATIVAS

Nome da disciplina	**Crédito Mínimo**	**Carga Horaria**
Química Ecológica	3 créditos	45 horas
Sistemas Sócio- Ecológicos Complexos	3 créditos	45 horas
Ecologia e Conservação da Biodiversidade na Amazônia	3 créditos	45 horas
Natureza e Diversidade Cultural	3 créditos	45 horas
Cidade e Problemática Ambiental Urbana	3 créditos	45 horas
Gestão Ambiental com Ênfase em Licenciamento Ambiental	3 créditos	45 horas
Fenomenologia e Percepção Ambiental	3 créditos	45 horas
Hidrologia	3 créditos	45 horas
Imaginário e Meio Ambiente	3 créditos	45 horas
Poluição da Água	3 créditos	45 horas
Saúde das Populações	3 créditos	45 horas
Tópicos Especiais	3 créditos	45 horas
TOTAL: 12 Disciplinas	**TOTAL : 36 créditos**	**TOTAL:540 horas**

OBSERVAÇÃO:

1- O aluno terá a obrigação de cursar 02 (duas) disciplinas Optativas de 03 créditos cada , totalizando 06 créditos e 90 horas para integralizar o curso .

OUTRAS ATIVIDADES ACADÊMICAS

Outras atividades acadêmicas	**Crédito Mínimo**	horas
TOTAL: 6 créditos	6 créditos	90 horas

TRABALHOS DE CONCLUSÃO		
Trabalho de Tese	40 créditos	600 horas
TOTAL: 1 Disciplinas	**TOTAL :40 créditos**	**TOTAL: 600 horas**

QUADRO RESUMO

CRÉDITOS E CARGA HORARIA EXIGIDOS PARA QUE ALUNO CONCLUA O CURSO

Disciplinas	**Total de créditos**	**Total de horas**
Obrigatórias	19 créditos	285 horas
Optativas	06 créditos	90 horas
Trabalho de Tese	40 créditos	600 horas
Outras atividades acadêmicas	6 créditos	90 horas
TOTAL:	**71 créditos**	**1065 horas**

DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS		
Nome da disciplina	**Crédito Mínimo**	**Carga Horaria**
1.Ciências da Terra	3 créditos	45 horas
2.Ecologia	3 créditos	45 horas
3.Cultura, Sociedade e Meio Ambiente	3 créditos	45 horas
4.Docência do Ensino Superior	4 créditos	45 horas
5.Seminário de Doutorado I	3 créditos	45 horas
6.Seminário de Doutorado II	3créditos	60 horas
TOTAL: 6 Disciplinas	**TOTAL : 19 créditos**	**TOTAL: 285 horas**

DISCIPLINAS OPTATIVAS		
Nome da disciplina	**Crédito Mínimo**	**Carga Horaria**
(OFERTADA)	3 créditos	45 horas
(OFERTADA)	3 créditos	45 horas
TOTAL: 2 Disciplinas	**TOTAL : 6 créditos**	**TOTAL: 90 horas**

TRABALHOS DE CONCLUSÃO		
Trabalho de Tese	40 créditos	600 horas
TOTAL: 1 Disciplina	**TOTAL** :40 **créditos**	**TOTAL: 600 horas**

SITUAÇÃO FINAL (carga horaria mínima e créditos mínimos)

DURAÇÃO: 4 ANOS	**71 créditos**	**1065 horas**

Ementas das Disciplinas do Mestrado e Doutorado

1- Ciências da Terra
Professores: Fernando de Morais, José Ramiro Lamadrid Marón e Lucas Barbosa e Souza
Carga Horária:45 - Créditos:3

Ementa:

Proporcionar aos mestrandos um conjunto de conhecimentos básicos acerca dos componentes abióticos, bióticos e de uso dos recursos naturais na envoltura geográfica, abordando os aspectos geológicos, geomorfológicos, hidroclimatológicos, pedológicos, de cobertura vegetal e principais processos biogeoquímicos. Crosta terrestre. Minerais e Rochas. Elementos de tectônica. Intemperismo e erosão. Gênese do relevo. Tipos genéticos do relevo. Elementos climáticos: noções fundamentais. O estudo do clima na perspectiva da relação sociedade/ambiente. Análise de bacias hidrográficas, quantificação e caracterização de fluxos. Abordagem sistêmica em geomorfologia fluvial. Classificação geomorfológica de rios e canais. Hidrologia de encostas. Solos. Cobertura vegetal e uso dos solos. Características. Interpretação de material cartográfico, de imagens, de radar. Trabalhos de campo e gabinete

Bibliografia:

AYOADE, J. O. Introdução à climatologia para os trópicos. Rio de janeiro: bertrand brasil, 1991.

BARRY, R. G.; chorley, r. J. Atmosfera, tempo e clima. Porto alegre: bookman companhia ed., 2012.

CHRISTOFOLETTI, A. Geomorfologia fluvial. São paulo, edgard blücher. 1981

KONDOLF, G. M.; piégay, h. Tools in fluvial geomorphology. Chichester: john, wiley and sons. 2003.

LEOPOLD, C. A. M. Et al. Fluvial processes in geomorphology. Freeman & co. 1964.

PRESS, F.; SIEVER, R.; grotzinger, j.; jordan, t. H. Para entender a terra. Porto alegre: arttmed, 2006.

GUERRA, ANTONIO JOSÉ TEIXEIRA; MARÇAL, MÔNICA DOS SANTOS (ORG.). Geomorfologia ambiental. Rio de janeiro: bertrand brasil, 2006.

LEPSCH, I. Solos: formação e conservação. São paulo: oficina de textos, 2001.

MENDONÇA, F.; DANNI-OLIVEIRA, I. M. Climatologia: noções básicas e climas do brasil. São paulo: oficina de textos, 2007.

REZENDE, M. Pedologia: base para distinção de ambientes. Viçosa 3 ed.: neput. Uft, 2004.

TEIXEIRA W.; MOTTA DE TOLEDO, M. CRISTINA E OUTROS. Decifrando a terra. São paulo: oficina de textos, 2000.

VENTURI, LUIS ANTONIO BITTAR. (ORG.). Praticando a geografia: técnicas de campo e laboratório. São paulo: oficina de textos, 2005.

2- Ecologia
Professoras: Adriana Malvasio, Elineide Eugênio Marques e Paula Benevides de Morais
Carga Horária:45 – Créditos: 3

Ementa:

Conceituar as escalas de estudo em ecologia e as abordagens de estudo. Apresentar as interfaces entre ecologia e ciências humanas. Discutir a abordagem funcional em ecologia, a partir da Teoria de Sistemas. Conceituar população, comunidade e diversidade biológica e suas flutuações temporais e espaciais.

1.A ecologia da célula e sua integração com o ambiente. Conversação química e quorum sensing; 2.A ecologia do indivíduo: ethos versus pathos: a ecologia de indivíduos não humanos; 3.A escala planetária: o conceito de Gaia na ciência ecológica e nas ciências ambientais; 4.Ecologia funcional: a ciclagem de nutrientes e o fluxo de energia 5.Teias e redes em ecologia funcional: energia, redes e sistemas complexos 6.Sistemas complexos em escalas: diversidade genética, diversidade ecológica e biodiversidade 7.Ecologia de populações: fatores que influenciam no tamanho, estrutura e flutuação das populações; 8.Ecologia de comunidades: conceito, delimitação espacial e estrutura de comunidades. 9.Conceitos e estudos em diversidade biológica/biodiversidade 10.Conservação da Biodiversidade: estratégias ecológicas e socio-políticas;

Bibliografia:

BECKER, BERTHA K.; GARAY, IRENE Dimensões Humanas da Biodiversidade - O Desafio de Novas Relações Sociedade - Natureza no Século XXIEditora: Vozes

BEGON, MICHAEL, TOWNSEND, COLIN R. ECOLOGIA - DE INDIVÍDUOS A ECOSSISTEMAS / Harper, John L. - ISBN 85363088

CULLEN JR., L. ET AL. (ORGS). Métodos de Estudos em Biologia da Conservação e Manejo da Vida Silvestre. Editora UFPR. 2004. 665p.

GARAY, I E DIAS, B. Conservação e Biodiversidade em Ecossistemas Tropicais. Ed Vozes. 2001.

GUNDERSON, L. H., HOLLING C.S., LIGHT, S. S. (ED) Barriers and bridges to the renewal of ecosystems and institutions. 1995.

LEWINSOHN, THOMAS M.; PRADO, PAULO INÁCIO Biodiversidade Brasileira - Síntese do Estado Atual do Conhecimento Editora: Contexto

ODUM, H. Systems Ecology: an introduction. John Wiley &Sons. 1983.

PINTO-COELHO, R. M. Fundamentos em ecologia. Artes Médicas Sul. Porto Alegre. 252p. 2000.

RICKLEFS, R. E. A economia da natureza. Guanabara Koogan. Rio de Janeiro. 503p. 2003

VIEIRA, PF & RIBEIRO, M. A. (ORG) Ecologia Humana, ética e educação. 1999. Ed Pallotti/APED.

3- Cultura Sociedade e Meio Ambiente
Professores (as) Heber Rogério Grácio, Kelly Bessa, Marina Haizenreder Ertzogue e Odair Giraldin
Carga Horária:45 – créditos: 3

Ementa:

Principais correntes teórico-metodológicas que tratam da relação entre sociedade e meio ambiente a partir de uma abordagem interdisciplinar relacionada aos campos de conhecimento da História, Geografia e Antropologia. Introdução aos estudos da sociedade: cultura e meio ambiente. Antropologia e a relação homem-meio ambiente. Espaço: paisagem, região, território, lugar e sociedade. História ambiental: sociedade e natureza. Cultura: meio ambiente e sociedade.

Bibliografia:

RONCAGLIO, C. A ideia da natureza como patrimônio: um percurso histórico. Desenvolvimento e Meio Ambiente, UFPR, n.19, p. 111-128, jan./jun.2009.

CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (Org.). Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

CLAVAL, P. A paisagem dos geógrafos. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. Paisagens, textos e identidade. (Org.). Rio de Janeiro: Eduerj, 2004. p.13-74.

GEERTZ, C. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

MARTINS, J. S. Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo, Contexto, 2009.

MITCHELL, D. Não existe aquilo que chamamos de cultura: para uma reconceitualização da idéia de cultura em Geografia. Espaço e Cultura,

Rio de Janeiro, p.81-101, 2008. (Edição Comemorativa 1993-2008).

McNEILL, J. R. Naturaleza y cultura de la historia ambiental. Nómadas, n.22, p.12-22, 2005.

LANDER, E. (Org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005. (Colección Sur Sur).

PÁDUA, J. A. As bases teóricas da História Ambiental. Estudos Avançados, São Paulo, ano 24, n.68, p.81-101, 2010.

SANTOS, M. 1992: A redescoberta da natureza. São Paulo: FFLCH-USP, s/d.

SKEWES, J. C. et al. ¿La memoria de los paisajes o los paisajes de la memoria? Los enigmas de la sustentabilidad socioambiental en las geografías en disputa. Desenvolvimento e Meio Ambiente, UFPR, n. 23, p.39-57, jan./jun. 2011.

VIVEIROS DE CASTRO, E. "Os pronomes cosmológicos e o perspectivismo ameríndio". Mana, ano2, n.2, p.115-144, 1996.

WORSTER, D. Para fazer a história ambiental. Revista Estudos Histórico, Rio de Janeiro, vol.4, n.8, p.198-215, 1991.

4- Docência no ensino superior
Professores(as): Todos os (as) professores (as) do curso.
Carga Horária:60 - Créditos:4

Ementa:

A disciplina visa proporcionar a vivência dos discentes na sala de aula no ensino de graduação, que ocorrerá através da participação na prática junto aos docentes do curso. Serão discutidas as questões inerentes do Ensino Superior, e em especial as práticas e conteúdos de diversos docentes, tendo como base uma reflexão sobre a prática no ambiente universitário. Além disso, serão desenvolvidas habilidades e competências da docência acadêmica através da prática em sala de aula, bem como através das discussões e reflexões baseadas na meta-análise dos processos de ensino-aprendizagem. Serão também discutidos os planejamento e prática de ensino, bem como métodos de avaliação.

Bibliografia:

CUNHA, M. I. da. Docência na universidade, cultura e avaliação institucional: saberes silenciados em questão. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, v.11, n.32, p. 258-271, maio/ago. 2006.

GIL, A. C. Metodologia do ensino superior. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MIZUKAMI, M. G. N. Ensino: as abordagens do processo. 20. ed. São Paulo: E.P.U, 2009.

PERRENOUD, P. A prática reflexiva no ofício de professor: profissionalização e razão pedagógica. Porto Alegre: Artmed, 2002.

PIMENTA, S. G.; ANASTASIOU, L. G. C. Docência no ensino superior. São Paulo: Cortez, 2005.

ROSEMBERG, D. S. O processo de formação continuada de professores universitários: do instituído ao instituinte. Niterói: Intertexto; Rio de Janeiro: Wak, 2002.

TARDIF, M. Saberes docentes e formação profissional. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002, pp. 9-55.

5- Seminário de Doutorado I
Professoras: Kelly Bessa e Liliana Pena Naval
Carga Horária: 45 - Créditos: 3

Ementa:

No primeiro módulo da disciplina, será dada especial atenção aos desafios do trabalho interdisciplinar em Ciências Ambientais, a partir de um conjunto de palestras e orientações de cunho teórico-metodológico, ou seja, de atividades de caráter coletivo, envolvendo docentes e discentes. A disciplina, embora coordenada por um ou mais docentes, é desenvolvida com a participação dos professores do Programa e outros professores convidados, de modo que, a partir das experiências de pesquisas concluídas e/ou em andamento, seja possível aprimorar a construção da problemática e do objeto de investigação dos alunos, bem como adequar métodos e técnicas. Trata-se de atividades que deverão fornecer elementos que auxiliem os estudantes na elaboração de seus projetos de tese.

Bibliografia:

AZEVEDO, I. B. O prazer da produção científica. 13. Ed. São Paulo: Hagnos, 2012. 264p.

BACHELARD, G. O novo espírito científico. 3. Ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2000. 152p.

BIANCHETTI, L.; MACHADO, A. M. N. (Org.). A bússola do escrever. Desafios e estratégias na orientação de teses e dissertações. São Paulo: Cortez, 2012. 416p.

ECO, U. Como se faz uma tese. 23. Ed. São Paulo: Perspectiva, 2010. 192p.

FRANÇA, Júlia Lessa. Manual para normalização de publicações técnico-científicas. 5. Ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.

LUCKESI, C. C.; PASSOS, E. S. Introdução à Filosofia: aprendendo a pensar. 6. Ed. São Paulo: Cortez, 2004. 272p.

QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Luc Van. Manual de investigação em ciências sociais. 10. Ed. Lisboa: Gradiva, 2008. 276p.

SANTOS, B. de S. Um discurso sobre as ciências. 16. Ed. Porto: Edições Afrontamento, 2010. 59p.

SILVA, J. M.; SILVA, E. A.; JUNCKES, I. J. Construindo a ciência: elaboração crítica de projetos de pesquisa. Curitiba: Pós-Escrito, 2009. 92p.

6- Seminário de Doutorado II
Professores(as): Todos os (as) professores (as).
Carga Horária:45 - Créditos:3

Ementa:

No segundo módulo da disciplina, será trabalhado o projeto de pesquisa, dando especial atenção aos desafios do trabalho interdisciplinar. Trata-se também de atividade de caráter coletivo, envolvendo orientadores (professores do Programa) e orientados, a partir das discussões sobre o pré-conhecimento aceito e a produção do conhecimento novo, a construção dos eixos analíticos e a definição dos níveis de apreensão da realidade (recortes temáticos, temporais e espaciais), sobre o levantamento de perguntas e a transformação dessas perguntas em questões e hipóteses, no sentido da construção de uma problemática e de um objeto de investigação. Em seguida, será trabalhada a escolha dos procedimentos metodológicos (procedimentos operacionais da pesquisa). Prevê-se que os doutorandos apresentem e debatam seus temas de tese.

Bibliografia:

AZEVEDO, I. B. O prazer da produção científica. 13. Ed. São Paulo: Hagnos, 2012. 264p.

BACHELARD, G. O novo espírito científico. 3. Ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2000. 152p.

BIANCHETTI, L.; MACHADO, A. M. N. (Org.). A bússola do escrever. Desafios e estratégias na orientação de teses e dissertações. São Paulo: Cortez, 2012. 416p.

ECO, U. Como se faz uma tese. 23. Ed. São Paulo: Perspectiva, 2010. 192p.

FRANÇA, Júlia Lessa. Manual para normalização de publicações técnico-científicas. 5. Ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.

LUCKESI, C. C.; PASSOS, E. S. Introdução à Filosofia: aprendendo a pensar. 6. Ed. São Paulo: Cortez, 2004. 272p.

QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Luc Van. Manual de investigação em ciências sociais. 10. Ed. Lisboa: Gradiva, 2008. 276p.

SANTOS, B. de S. Um discurso sobre as ciências. 16. Ed. Porto: Edições Afrontamento, 2010. 59p.

SILVA, J. M.; SILVA, E. A.; JUNCKES, I. J. Construindo a ciência: elaboração crítica de projetos de pesquisa. Curitiba: Pós-Escrito, 2009. 92p.

7- Metodologia da Pesquisa Interdisciplinar
Professores (as): Aparecido Osdimir Bertolin, Marina Haizenreder Ertzogue e Paula Benevides de Morais
Carga Horária:45 - Créditos:3

Ementa

Normas de redação científica a partir de estudos de artigos e exigências de publicação em periódicos QUALYS A em português; normas de redação da dissertação segundo modelo do CIAMB (a ser desenvolvido e definido a partir de bons produtos já apresentados). Leituras, discussões, propostas metodológicas e técnicas de pesquisa interdisciplinar e/ou multidisciplinar. Elaboração de uma proposta de pesquisa multidisciplinar em grupos de 3-5 alunos, a ser executada em campo com: a) uma micro-área geográfica definida dentro da bacia Araguaia-Tocantins, b) cinco protocolos de pesquisa desenvolvidos pelos professores das três obrigatórias (obr01-03); c) objetivo e cronograma para serem desenvolvidos em tema (obr05). O resultado seria o projeto a ser desenvolvido em grupos de três a cinco estudantes, com grande interface entre os projetos de dissertação selecionados.

Bibliografia

ALVES, Rubem. Filosofia da Ciência, 10ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

ASTI, Vera Armando. Metodologia da pesquisa científica. Porto Alegre, 1976.

BARBOSA FILHO, Manuel. Introdução à pesquisa, métodos, técnicas e instrumentos. 2ª ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1980.

BARROS, A.J.P. ELEHFELD, N.A.S. Projetos de pesquisa. Proposta metodológicas, Petrópolis: R.J Vozes, 1990.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. (org.). Pesquisa participante. São Paulo: Brasiliense, 1981.

CARVALHO, M.C.M. Técnicas de metodologia científica. Construindo o saber. Campinas: Papiros, 1988.

CARVALHO, MARIA CECÍLIA MARINGONI (org.) Construindo o saber: metodologia científica: fundamentos e técnicas. 4 ed., Campinas - SP: Papirus, 1994, 175p.

CASTRO, Cláudio de Moura. A pra´tica de pesquisa. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1977.

CERVO, A.L. BERVIAM, P.A. Metodologia Cientìfica. São Paulo: Makron Books, 1996. 209p.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, P.A. Metodologia Científica. 5ª ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002, 242p.

CERVO, Amado Luiz. Metodologia Científica. São Paulo: prentice Hall, 2002.

CREMA, Robeto. Introdução à visão holística: breve realto de viagem do velho ao novo paradigma. São Paulo: Sumus, 1989.

FERNANDES, A.M. Colapso da Ciência & Tecnologia no Brasil. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

FREIRE-MAIA. Newton. A ciência por dentro. Petrópolis: Vozes, 1991.

GIL, C. Antonio Carlos. Metodologia do Ensino Superior. São Paulo: Atlas, 1990.

HORGAN, John. O fim da ciência: uma discussão sobre os limites so conhecimento científico. São Paulo: companhia das letras, 1998.

HUHNE, Leda Miranda. (org.) et al. Fazer Filosofia. Rio de Janeiro: UAPÊ, 1994.

LAKATOS, E.M. Marconi, M. de A. Fundamentos de metodologia científica. São Paulo: Atlas, 1993.

LUCKESI, Cipriano et al. Fazer Universidade: uma proposta metodológica. 6 ed. São Paulo: Cortez, 1991.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Técnicas de pedquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados. São Paulo: Atlas, 1986.

MARTINS, Gilberto de Andrade. Manual para elaboração de monografia. São Paulo: Atlas, 1990.

MEDEIROS, João Bosco. Redação Científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas. São Paulo: Atlas, 2000.

REICH, Robert .B. O trabalho das nações: preparando-nos para o capitalismo so século 21. Traduzindo por Claudiney Fullmann. São Paulo: Educatos. 1994, 318p.

RUIZ, João Álvaro. Metodologia cintífica: guia para eficiência nos estudos. São Paulo: Atlas, 1996.

8- Técnicas de Estudos do Meio Ambiente
Professores (as): Alberto Akama e Elineide Eugênio Marques
Carga Horária:45 - Créditos:3

Ementa

Promover o diálogo entre os indivíduos com diferentes formações, o senso de observação do outro e da natureza. Possibilitar ao estudante a integração de conhecimentos e áreas a partir de experiências de campo visando a solução de problemas complexos.
1.Introdução sobre a problemática ambiental e as estratégias globais de conservação ambiental. 2.Discussão de técnicas de estudos colaborativos; 3.Expedição de estudos do meio (físico, biológico, econômico e sociocultural).

Bibliografia

FAZENDA, I. C. A. Construindo aspectos teóricos-metodológicos da pesquisa sobre interdisciplinaridade. In: FAZENDA, Ivani (org.). Dicionário em construção: interdisciplinaridade. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2002.

Kaner, S. Facilitator´s guide to participatory decision-making. John Wiley & Sons, São Francisco, CA. 2007.

Philippi Jr., A.; Tucci, C. E. M.; Hogan, D. J. Interdisciplinaridade em Ciências Ambientais. Navegantes. - São Paulo : Signus. Editora, 2000.

PHILIPPI JR.; SILVA NETO, A. J. (Ed.). Interdisciplinaridade em Ciência, Tecnologia & inovação. Manole : Barueri, SP. 2011.

9- Seminário de Integração
Todos (as) os (as) Professores (as) do Curso.
Carga Horária:60 - Créditos:4

Ementa

Disciplina de orientação da redação, análise e direcionamento das discussões sobre o trabalho em campo, desenvolvido em TEMA, a partir do projeto em Metodologia da Pesquisa Interdisciplinar que deverá resultar em apresentação oral e escrita em seminário conjunto com o Workshop anual do CIAMB.

Bibliografia

ENVIRONMENTAL RESEARCH: A Multidisciplinary Journal of Environmental Sciences,

Ecology and Public Health

PERIODICOS: Ambiente e Sociedade

PERIODICOS: PERIODICOS: Advances in Enironmental Reseach

PERIODICOS: Environmental Science and Policy

PERIODICOS: Environmental Engineering and Policy

10- Química Ecológica
Professore: Marcio Galdino dos Santos
Carga Horária:45 – Créditos: 3

Ementa

Proporcionar ao aluno a interdisciplinaridade existente entre a Biologia e a Química através da forma com que os seres vivos se comunicam, isto é, substâncias químicas. Dentro deste contexto o acadêmico se familiarizará com os infoquímicos, manejo de pragas, inseticidas naturais, técnicas de extração, técnicas de identificação de produtos naturais, etc. Proporcionar ao aluno a relação entre a etnociência, em especial a etnobotânica, com a química dos produtos naturais através da inter-relação ecológica intermediada pelos infoquímicos.

1. Introdução a etnociência
Etnobotância Qualitativa ou Descritiva
Etnobotância Quantitativa
2. Introdução para a ecologia química.
Interações tróficas e não tróficas
Tipos de interações: planta-planta, animal-animal e animal-planta.
Infoquímicos/semioquímicos
3. Biossintese de metabólitos secundários.
Blocos construtores
4. Preparo, clean up e fracionamento de extratos para análise.
Extração com solvente,
Extração em fase sólida (SPE)
Micro extração em fase sólida (SPME)
Headspace estático e dinâmico.
5. Cromatografia: Líquida e gasosa.
6. Métodos de detecção: UV-Visível, Infravermelho, Ressonância magnética nuclear e espectrometria de massa.
7. Bioensáios comportamentais e eletrofisiológicos.

Bibliografia

DEWICK, P. M. Medicinal natural products : a biosynthetic approach. 2 ed. England: John Wiley & Sons Ltd, 2002.

PAIVA, D. L.; LAMPMAN, G. M.; KRIZ, G. S. Introduction to Spectroscopy: a guide for student of organic chemistry. 3 ed United Kingdon: Thomson Learning, Inc. 2001.

SOLOMUNS, T.W.G. Química Orgânica. 6 ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1996. v.1.e v.2.

BRADY, J.E.; HUMISTON, G.E. Química Geral. 2 ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos. 1986. 1990. v.1 e v.2.

RUSSEL, J.B. Química Geral. 3 ed. São Paulo: McGraw-Hill, 1994, v.1 e v.2

VILELA, E. F.; DELLA LUCIA, T. M. C. Feromônios de Insetos. 1 ed. Viçosa: Oficinas Gráficas da Imprensa da Universidade Federal de Viçosa. 1987.

FERREIRA, J. T. et. All. Produtos Naturais no Controle de Insetos. 1 ed. São Carlos: Editora UFSCar. 2001.

MILLAR, J. G.; HAYNES, K. F. Methods in Chemical Ecology1 ed. Norwell: Kluwer Academic Publishers, 1998, v. 1 and v. 2.

PERIÓDICO J. Chemical Ecology

PERIÓDICO Pest. Management Science

PERIÓDICO Biochemical Systematics and Ecology

PERIÓDICO Chemoecology

PERIÓDICO Phytochemistry

PERIÓDICO Fitoterapia

PERIÓDICO Química Nova

11- Sistemas Sócio Ecológicos Complexos
Professora: Elineide Eugênio Marques
Carga Horária:45 - Creditos:3

Ementa:

Conceitos e premissas do manejo de recursos naturais e a ação dos atores sociais; relações de uso dos recursos naturais no contexto socioambiental e socioeconômico; interações e modelos no manejo dos recursos naturais. Estudo de caso.

1.A resiliência dos sistemas socioeconômico e socioambientais. 2.Os sistemas sócio-ecológicos e sua sustentabilidade. 3.Estudos de caso de sistemas sócio-ecológico complexos: o caso dos empreendimentos hidrelétricos na Amazônia. Expedição de estudos do meio (físico, biológico, econômico e sociocultural).

Bibliografia

BERKES, F., COLDING, J., AND FOLKE, C. 2001 Linking Social-Ecological Systems. Cambridge: Cambridge University Press.

COLLINS, S.L., S. R. CARPENTER, S. M SWINTON, D. E. ORENSTEIN, D. L. CHILDERS,T. L GRAGSON, N. B. GRIMM, J. M. GROVE, S. L. HARLAN, J. P. KAYE, A.K KNAPP,G. P. KOFINAS, J. J. MAGNUSON, W. H. MCDOWELL, J. M MELACK, L. A OGDEN, G P. ROBERTSON, M. D SMITH, AND A. C WHITMER. 2010. Anintegrated conceptual framework for long-term social–ecological research. Frontiers in Ecology and the Environment 9: 351–357.

FOLKE, C. 2006. Resilience : The emergence of a perspective for social-ecological systems analysis, Global Environmental Change, Vol. 16, pp. 253–267.

GUNDERSON, L. H., AND HOLLING C. S. 2002. Panarchy: understanding transformations in human and natural systems. Island Press, Washington, D.C., USA.

HOLLING, C. S. 2001. Understanding the complexity of economic, ecological, and social systems, Ecosystems, Vol.4(5), pp.390-405. 26

OSTROM, E. 2009. A General Framework for Analyzing Sustainability of Social-Ecological Systems. Science 24 July 2009: Vol. 325 no. 5939 pp. 419-422 .

AMARAL, A. 1999 Manejo Florestal Comunitário na Amazônia. Relatório da 1. Oficina de Manejo Florestal Comunitário. 20-25. April 1998, Porto Dias, Acre. Série Técnica II. Programa Natureza e Sociedade WWF/SUNY. Brasilia.

POKORNY, B., CAYRES, G., NUNES, W., SEGEBART, D. AND DRUDE, R. 2003. Pilot experiences with the implementation of Adaptive Co-Management in

PARÁ. IN: SABOGAL, C. AND SILVA N. (EDS.) Integrated Management of Neotropical Rain Forests by Industries and Communities. Embrapa, Belém. Selin, S., and D. Chavez. 1995. Developing a collaborative model for environmental planning and management. Environmental Management 19(2): 189-195.

STANKEY, G.H., R.N. CLARK AND B.T. BORMANN. 2005. Adaptive Management of Natural Resources: Theory, Concepts, and Management. Institutions. Gen. Tech. Rep. PNWGTR-654. Portland, OR: U.S. Department of Agriculture, Forest Service, Pacific Northwest Research Station. 73 pp. Yaffee, S. L. 1999. Three faces of ecosystem management. Conservation Biology 13(4): 713-725.

12- Ecologia e Conservação da Biodiversidade na Amazônia
Professoras: Adriana Malvasio e Elineide Eugênio Marques
Carga Horária: 45 -Créditos :3

Ementa:

Descrever o histórico, a composição, a distribuição e o estatus de conservação da fauna amazônica, com ênfase na fauna de vertebrados e no seu uso sustentável. 1.História biogeográfica Neotropical; 2.Composição e distribuição dos principais grupos de vertebrados; 3.Estado da arte da conservação dos principais grupos de vertebrados da região Amazônica; 4.Contribuições socioculturais e ambientais da fauna amazônica para a população.

Bibliografia:

AZEVEDO, J.C.N. Crocodilianos: Biologia, Manejo e Conservação. João Pessoa: Arpoador, 122p. 2003.

ANDRADE, P.C.M. (ORG.) 2008. Criação e Manejo de Quelônios no Amazonas. IBAMA, Pró-Várzea, Manaus, AM., Brasil. 522pp.

CULLEN JR., L. ET AL. (ORGS). Métodos de Estudos em Biologia da Conservação e Manejo da Vida Silvestre. Editora UFPR. 2004. 665p.

GARAY, I E DIAS, B. Conservação e Biodiversidade em Ecossistemas Tropicais. Ed Vozes. 2001.

GOULDING, M. 1997. História natural dos rios amazônicos. Brasília, Sociedade Civil Mamirauá, CNPq & Rainforest Alliance.

GUNDERSON, L. H., HOLLING C.S., LIGHT, S. S. (ED). Barriers and bridges to the renewal of ecosystems and institutions. 1995.

LEWINSOHN, THOMAS M.; PRADO, PAULO INÁCIO Biodiversidade Brasileira - Síntese do Estado Atual do Conhecimento Editora: Contexto.

LOWE-MCCONNELL, R.H. Estudos ecológicos de comunidades de peixes tropicais. Tradução de Anna Emília A. M. Vazzoler; Angelo Antonio Agostinho; Patrícia T. M.Cunningham São Paulo: EDUSP, 1999. 535 p. Título original: Ecological studies in tropical fish communities.

POUGH ET AL. A Vida dos Vertebrados. Atheneu Editora. 2008. 684p.

13- Natureza e Diversidade Cultural
Professor: Odair Giraldin
Carga Horária:45 -Créditos :3

Ementa:

Estudar as maneiras como os grupos indígenas sul-americanos concebem o universo em que vivem, a sua organização e a relação entre os elementos que o compõem. Verificar que a diversidade cultural estabelece múltiplas formas de concepção do espaço, do inter-relacionamento dos elementos e diversas formas de relação entre os homens e o meio ambiente.

Bibliografia:

Discussão sobre o paradigma ocidental da noção de natureza e cultura. Ilngold, Tim – Animalidade e Humanidade (http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_28/rbcs28_05.htm) Página 18/52 - 08/05/2013 11:06:35 Natureza e Cultura: perspectivas antropológicas

LÉVI-STRAUSS, C – O Pensamento Selvagem. Campinas, Papirus, 1989

DESCOLA, Philippe – "Constructing natures: Simbolic ecology and social practice". In DESCOLA, P. e PÁLSSON, Gísli (org.) (1996) - Nature

and Society: Anthropological perspectives. London: Routledge. Perspectivismo ameríndio.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo (1996) - * "Os pronomes cosmológicos e o perspectivismo ameríndio". Mana, 2 (2):115-144n (http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104 93131996000200005&lng=en&nrm=iso).

MERCANTE, Marcelo Simão - A Interconexão entre Saberes, Práticas e Percepções: o Mediador entre Cultura e Natureza (http://www.cfh.ufsc.br/~mercante/intercon.htm) . Natureza e Cultura: Noroeste Amazônico

CORREA, Francois (1993) – La reciprocidad como modelo cultural de la reproducion del médio y la sociedad Taiwano". In CORREA, François

(org.) – La Selva Humanizada. Ecologia alternativa em el trópico húmedo colombiano. Bogotá, Instituto Colombiano de Antropologia.

ÅRHEM, Kaj (1993) – "Ecosofia Makuna". In CORREA, François (org.) – La Selva Humanizada. Ecologia alternativa em el trópico húmedo colombiano. Bogotá, Instituto Colombiano de Antropologia.

ÅRHEM, Kaj (1996) – "The cosmic food web: human-nature relatadness in the Northwest Amazon". In DESCOLA, P. e PÁLSSON, Gísli (org.) (1996) - Nature and Society: Anthropological perspectives. London: Routledge.

REICHEL-DOLMATOFF, Gerardo (1993) – "Algunos conceptos de los índios Desana del Vaupés sobre manejo ecológico." In CORREA,

François (org.) – La Selva Humanizada. Ecologia alternativa em el trópico húmedo colombiano. Bogotá, Instituto Colombiano de Antropologia.

DUFOUR, Darna Lee (1993) – "Uso de la selva tropical por los indígenas Tukano del Vaupés". In CORREA, François (org.) – La Selva Humanizada. Ecologia alternativa em el trópico húmedo colombiano. Bogotá, Instituto Colombiano de Antropologia.

ANDRADE, Ângela (1993) – "Sistemas agrícolas tradicionales em el Médio rio Caquetá". In CORREA, François (org.) – La Selva Humanizada. Ecologia alternativa em el trópico húmedo colombiano. Bogotá, Instituto Colombiano de Antropologia. Natureza e Cultura: Os Achuar

DESCOLA, Philippe [1986]1988 - La Selva Culta. Simbolismo y Praxis en la Ecologia de los Achuar. Lima/Quito: IFEA (Instituto Francés de Estudios Andinos)/Ed. Abya Yala. Natureza e Cultura no Xingu e Povos Jê

VIVEIROS DE CASTRO, E (2002)– A Inconstância da Alma Selvagem. SP, Cosac & Naify. Cap. 1 " Esboço de cosmologia yawalapiti".

GIRALDIN, Odair (2004) – Os filhos Plantados: A relação Apinajé com as plantas cultivadas. II Encontro Regional de História – Anpuh-BA.Julho/2004.

14- Cidade e Problemática Ambiental Urbana
professora: Kelly Cristine O. Bessa
Carga Horária:45 - Créditos:3

Ementa:

Compreender a complexidade do tema - problemática ambiental urbana - colocando em destaque o processo de urbanização, a reprodução do espaço urbano e a articulação entre o urbano e o ambiente. Para tanto, estarão em debate: as noções cidade e urbano; os processos gerais de urbanização, levando em consideração a gênese e a evolução desse processo, assim como suas formas, a exemplo da cidade-dispersa, da aglomeração urbana, da região metropolitana, da megalópole; o espaço urbano ou espaço intra-urbano, com seus processos, formas e agentes, de modo a tornar inteligível a produção e a reprodução da cidade; os problemas e conflitos urbanos, sobretudo os problemas ambientais urbanos; o meio ambiente urbano e os problemas ambientais urbanos. 1.Escala e o urbano. 2.Cidade e urbano: noções e conceituações. 3.Condições histórico-sociais para a origem e a evolução da cidade: divisão

social/espacial do trabalho e urbanização. 4.Organização interna da cidade: processos e formas espaciais 5.Produção e reprodução da cidade: agentes modeladores do espaço urbano e práticas espaciais. 6.Problemas urbanos e o direito à cidade 7. A problemática ambiental urbana.

Bibliografia:

ARLOS, Ana Fani A. A reprodução do espaço urbano. São Paulo: Edusp, 2008.

CARLOS, Ana Fani A.; SOUZA, Marcelo L.; SPOSITO, Maria Encarnação B. A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo: Contexto, 2011.

CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede. São Paulo: Paz e Terra, 1999. 617p.

CASTELLS, Manuel. A questão urbana. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972.

CHESNAIS, François; SERFATI, Claude. "Ecologia" e condições físicas de reprodução social. Critica Marxista, n. 16, mar.1993.

CORRÊA, Roberto Lobato. O espaço urbano. São Paulo: Ática, 1995.

CORRÊA, Roberto Lobato. Uma nota sobre o urbano e a escala. Revista Território, Rio de Janeiro, Ano VII, n.11, 12 e 13, p.133-136, set./out. 2003.

FERNÁNDEZ, María Augusta. Ciudades em riesgo: degradación ambiental, riesgos urbanos y desastres. Quito: La Red, 1996.

GOTTDIENER, Mark. A produção social do espaço urbano. São Paulo, EDUSP, 1993.

LEFEBVRE, Henri. O direito à cidade. São Paulo: Documentos, 1969, p. 9-29

MENDONÇA, Francisco (Org.). Impactos socioambientais urbanos. Cutitiba: Editora da UFPR, 2004.

MUNFORD, Lewis. A cidade na história. Belo Horizonte: Itatiaia, 1965.

RODRIGUES, Arlete Moysés. A abordagem ambiental: questões para reflexão. GeoTextos, vol. 5, n. 1, p.183-202, 2009.

RODRIGUES, Arlete A cidade como direito. Geocritica, Barcelona, v.XI, n.245(33), ago.2007.

SANTOS, Milton. A questão do meio ambiente: desafios para a construção de uma perspectiva transdisciplinar. GeoTextos, vol. 1, n. 1, 139-151, 2005.

SASSEN, Saskia. A cidade global. In: LAVINAS, L. et al. Reestruturação do espaço urbano e regional no Brasil. São Paulo: Anpur/Hucitec, 1993.

SASSEN, Saskia. As cidades na economia mundial. São Paulo: Nobel, 1998.

SERPA, Ângelo. Cidades e metrópoles: uma perspectiva geográfica para a análise dos "problemas ambientais urbanos". GEOUSP, São Paulo, n. 23, p. 30- 43, 2008.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Capitalismo e urbanização. São Paulo: Contexto, 1996.

VILLAÇA, Flávio. Espaço intra-urbano no Brasil. São Paulo: Studio Nobel/FAPESP, 1998.

15- Gestão Ambiental com Ênfase em Licenciamento Ambiental
Professor: Alberto Akama
Carga Horária:45 – Créditos: 3

Ementa:

Introdução teórica dos conceitos relacionados com a Gestão Ambiental. Explicitar a importância do Licenciamento Ambiental como ferramenta para uma Gestão integrada e racional de empreendimentos de diversos setores da cadeia produtiva que geram interferências no meio ambiente, para reduzir os impactos a diversidade biológica. Particularmente para as grandes obras de infraestrutura, que geram severos impactos ambientais, o processo de Licenciamento é um fator importantíssimo para dirimir e realizar medidas compensatórias. A disciplina irá abordar aspectos teóricos e práticos relacionados com as práticas de Gestão Ambiental e os seus conceitos básicos envolvidos como controle ambiental, cultural e sociopolítico. Nesse sentido, o enfoque principal será dado aos processos de Licenciamento Ambiental, sua legislação vigente e como o licenciamento pode ser o norteador para adoção de práticas de gestão ambiental relacionadas as atividades humanas que geram impactos ambientais. No caso da bacia Amazônica, haverá enfoque exclusivo sobre os processos de licenciamento ambiental das grandes usinas hidrelétricas projetadas na região, e seus impactos sobre a fauna e flora da região. Os seguintes tópicos serão abordados: 1-Introdução à Questão Ambiental; 2- Fundamentação das questões Sociopolítica e Cultural do Meio Ambiente; 3- Monitoramento e controle ambiental; 4- Planejamento e Gestão Ambiental; 5- Licenciamento Ambiental como ferramenta para o Planejamento da Gestão Ambiental; 6- Empreendimentos hidrelétricos na Amazônia e seus impactos sobre a diversidade biológica.

Bibliografia:

PHILIPPI JR. A. ROMÉRIO, M.A. & BRUNA, G.C. 2004. Curso de Gestão Ambiental. Editora Manole, Barueri, SP. 1045 p.

SÁNCHES, L.E. 2006. Avaliação de Impacto Ambiental, Conceitos e Métodos. Editora Oficina de Textos, São Paulo, SP. 495p. Resolução CONAMA 001/1986

IBAMA 1995. Avaliação de Impacto Ambiental: Agentes Sociais, Procedimentos e Ferramentas. IBAMA, Brasília, DF. 136 p.

16- Fenomenologia e Percepção Ambiental
Professor: Lucas Barbosa e Souza
Carga Horária:45 Créditos: 3

Ementa:

Possibilitar a compreensão, em nível introdutório, dos principais fundamentos da fenomenologia e de suas relações com os estudos de percepção ambiental, por meio de conceitos-chave dessa corrente filosófica, do método fenomenológico e dos procedimentos de pesquisa. Apresentar as possibilidades de contribuição da abordagem perceptiva aos estudos sobre o meio ambiente, com ênfase nas áreas de planejamento e de gestão. O caráter complementar entre as abordagens objetivas e subjetivas do meio ambiente; Os diferentes aportes teórico-metodológicos e o desenvolvimento da percepção ambiental; A fenomenologia, o método fenomenológico de Husserl e a percepção ambiental; A operacionalização do método fenomenológico no campo da percepção ambiental; Variáveis e técnicas de pesquisa em percepção ambiental; Estudos de caso em percepção ambiental e suas possibilidades de aplicação.

Bibliografia:

ANDRADE, C. C.; HOLANDA, A. F. Apontamentos sobre pesquisa qualitativa e pesquisa empírico-fenomenológica. Estudos de Psicologia, Campinas, v.27, n.2, p.259-268, 2010.

BELLO, A. A. Fenomenologia e ciências humanas. Bauru: EDUSC, 2004.

BELLO, A. A. Introdução à Fenomenologia. Bauru: EDUSC, 2006.

CAPALBO, C. Fenomenologia e ciências humanas. Aparecida: Idéias e Letras, 2008.

DEL RIO, V. Introdução ao desenho urbano no processo de planejamento. São Paulo: PINI, 1990.

DEL RIO, V.; OLIVEIRA, L. (org.) Percepção ambiental: a experiência brasileira. 2 ed. São Paulo: Studio Nobel; São Carlos: UFSCar, 1999.

DEPRAZ, N. Compreender Husserl. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 2008 (Série Compreender).

GALEFFI, D. A. O que é isto – a fenomenologia de Husserl? Ideação, Feira de Santana, n.5, p.13-36, 2000.

HUSSERL, E. Idéias para uma fenomenologia pura e para uma filosofia fenomenológica. 3 ed. Aparecida: Idéias e Letras, 2006.

HUSSERL, E. A idéia da fenomenologia. Lisboa: Edições 70, 2008.

MARÍAS, J. História da Filosofia. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

MERLEAU-PONTY, M. Fenomenologia da percepção. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

OLIVEIRA, L.; MACHADO, L. M. P. C. Percepção, cognição, dimensão ambiental e desenvolvimento com sustentabilidade. In: VITTE, A. C.;

GUERRA, A. J. T. (org.) Reflexões sobre a geografia física no Brasil. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. p. 129-152.

PEIXOTO, A. J. (org.). Interações entre fenomenologia e educação. Campinas: Alínea, 2003.

POUPART, J. et al. (org.) A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis: Vozes, 2008.

SOKOLOWSKI, R. Introdução à fenomenologia. São Paulo: Loyola, 2004.

TUAN, Y. Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo: Difel, 1980.

WHYTE, A. V. T. Guidelines for fields studies in environmental perception. Paris: UNESCO, 1977. (MAB Technical Notes, 5).

ZILLES, U. Fenomenologia e teoria do conhecimento em Husserl. Revista da Abordagem Gestáltica, v.13, n.2, p.216-221, jul/dez 2007.

17- Hidrologia
Professor: Fernando de Morais
Carga Horária:45 - Créditos: 3

Ementa:

1- HIDROLOGIA: conceitos, relações com outras ciências, escopo, organizações internacionais e nacionais, livros e periódicos, o ensino da hidrologia, ciclo hidrológico. 2- PRINCIPIOS DE CLIMATOLOGIA E METEOROLOGIA: definição e classificação do clima; análise da história de evolução do clima, alterações climáticas. Caracterização da atmosfera, composição, a água na atmosfera, condensação e precipitação, classificação da nuvens, classificação e formação da precipitação, correntes aéreas, ventos geostrófico e térmico, circulações globais, monções, brisas, sistemas climáticos, massa de ar, ciclones e anticiclones, furacões, regimes climáticos. Evaporação: medida, métodos de estimativa do balanço de energia, aerodinâmica e combinado. 3- PRINCIPIOS DE HIDROGEOLOGIA: fatores geológicos nos estudos de água superficial, efeitos geológicos, efeitos do solo e topografia, efeitos do perfil do solo, natureza e ocorrência de aquíferos, movimento e armazenamento de água, exploração de água subterrânea, estudos geológicos, métodos geofísicos, métodos geoquímicos. 4- GEOMORFOLOGIA QUANTITATIVA DE BACIAS DE DRENAGEM: aspectos lineares do sistema de canais, aspectos de área da bacia, aspectos de gradiente das bacias e canais, geometria de seção transversal dos canais, gradientes do terreno, análise hipsométrica, relações entre geometria de bacia e vazão, teoria da dinâmica da bacia de drenagem. Erosão: definição, estimativa de erosão laminar e em voçorocas, mapeamento das áreas de risco. 5- HIDROLOGIA ESTATÍSTICA: importância, tipos de dados e análise preliminar de eventos aleatórios, análise de frequência, variáveis estatística, valor esperado, estimação de parâmetros, homogeneidade, distribuições de probabilidade, estudo de eventos extremos, ajuste de curva, confiabilidade da análise, análise de regressão e correlação, análise multivariada, análise de variância e co-variância, análise de séries temporais. Método de Monte-Carlo. 6- HIDROLOGIA APLICADA: área urbanas, terras agrícolas, encostas, florestas e matas, lagos, regiões áridas e semiáridas

Bibliografia:

TUCCI, C.E.M. Org. (1993). Hidrologia: ciência e aplicação, coleção ABRH de Recursos Hídricos, vol. 4, Editora de Universidade/Edusp/ABRH, Porto Alegre.

TUCCI, C.E.M. 1998. Modelos Hidrológicos. Editora de universidade - ABRH. Porto Alegre - RS.

TUCCI, C.E.M; PORTO, L.L.R.; BARROS, M.T. de 1995. Drenagem Urbana, Coleção ABRH de Recursos Hídricos, vol. 5, Editora de Universidade UFRGs, Porto Alegre - RS.

TUCCI, C.E.M.; MARQUES, D.M. (org.) (2000). Avaliação e Controle de Drenagem Urbana. Editora da Universidade. Porto Alegre - RS.

WOOTON, T.; CECILIO, C.; FOWLER, L.; HUI, S. (1996). Hydrology Handbook. Amercan Society of Civil Engineering. Manuals and Reports on Engineering Practice n° 28. EUA>.

18- Imaginário e Meio Ambiente
Professora: Marina Haizenreder Ertzogue e Dernival Venâncio Ramos Júnior
Carga Horária:45 – créditos :3

Ementa:

Imaginário e meio ambiente. Conceito de mito e imaginário. O mito como elemento fundador da cultura e como forma de controle da natureza. Relação entre mito e natureza, nas civilizações antigas, na Idade Média e na contemporaneidade. Conceito de Meio Ambiente. Imaginário e comunidades primitivas. Meio ambiente e paganismo. A relação entre o homem e a natureza na Idade Média. A natureza e Romantismo. Globalização e mito.

Bibliografia:

Agenda 21 - Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente de Desenvolvimento, 1992 - Rio de Janeiro. Brasília: Senado Federal, 1996.

BACHELARD, Gaston. A água e os sonhos: ensaio sobre a imaginação da matéria. São Paulo. Martins Fontes, 1989.

BARTHES, Roland,. Mitologias. 5ª ed. São Paulo, Difel, 1982.

BENJAMIN, Walter. Mythe et violence. Paris, Denoel, 1971.

BOURDIEU, Pierre. A economia das trocas simbólicas. São Paulo, Perspectiva, 1987.

BURKET, Walter. Mito e mitologia. Trad. Maria Helena da Rocha Pereira. Lisboa, ed. 70, s/d.

CAMPBELL, Joseph. As transformações do mito. São Paulo. 1988.

CASTORIADES, Cornelius. A instituição imaginária da sociedade. 2ª ed. Trad. Gy Reynauld. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

DURANT, Gilbert. A imaginação simbólica. São Paulo: Cultrix, 1988.

_____. As estruturas antropológicas do imaginário. São Paulo, Martins Fontes, 1997.

DURKHEIM, Emile. As formas elementares de vida religiosa: o sistema totêmico na Austrália. São Paulo. Paulinas, 1994.

CARTIER, Roger. A história cultural - entre práticas e representações. Lisboa, Difel, 1990.

ELIADE, Mircea. Images et symboles. Paris, Gallimard, 1952.

_____. Mito e realidade. Trad. Pola Civelli. São Paulo: Perspectiva, 1972.

_____. O sagrado e o profano: a essência das religiões. São Paulo, Martins Fontes, 1992.

LAPLANTINE, Francois. Les trois voix de l'imaginaire. Paris: Editions Universitaires, 1974.

LÉVI-STRAUSS. O Pensamento selvagem. Campinas: Papirus, 1989

MAFFESOLI, Michel. No fundo das aparências . Petrópolis, Vozes, 1999.

MORIN, Edgar. Saberes globais e saberes locais. O olhar transdisciplinar. Garamond. Rio de Janeiro, 2000.

_____. Por uma globalização plural. www. globalization.org/biblioteca/moringpPlural. htm. acessado em 11/08/2004.

PERRIN, Jean. Les structures de l'imginaire. Grenoble: Presses Universitaires de Grenoble, 1973.

POLITZER, Georges. A filosofia e os mitos. Trad. Eduardo Francisco Alves. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

20- Poluição da Água
Professora: Liliana Pena Naval
Carga Horária:45- créditos:3

Ementa:

Apresentar aos alunos os conceitos básicos de poluição da água. Compreender a importância e extensão dos problemas de poluição e contaminação ambiental, destacando causas efeitos sobre o meio ambiente. Apresentar as técnicas e metodologias para análise de parâmetros de interesse ambiental e emprego de técnicas para remoção de poluentes Habilitar os alunos a realizarem análises em laboratório e a interpretar os resultados obtidos. Características físicas, químicas e biológicas da água. Usos da água. Caracterização física, química e biológica dos poluentes. Carga orgânica.

Legislação sobre qualidade da água e padrões de emissão. Poluição difusa. Medidas preventivas e mitigadoras em áreas rural e urbana. Prevenção e minimização de poluição. Mitigação de impactos causados por poluição da água. Operações unitárias. Processos biológicos. Processos físico-químicos. Reúso de água. Critérios para escolha de processos para tratamento.

Bibliografia:

APHA - American Public Health Association. "Standard Methods for the Examination of Water and Wastewater", 21st, Centennial Edition, Washington: Public Health Association. 2005.

MARCOS VON SPERLING & CARLOS AUGUSTO CHERNICHARO Biological Wastewater Treatment in Warm Climete Regions. DESA 2005,.

METCALF E EDDY. Wastewater engineering: Treatment and reuse. 4ª Ed. Mc Graw Hill, Inc. New York, 1819 p., 2003.

MOTA, S. B.; VON SPERLING, M. (Coordenadores); Nutrientes de esgoto sanitário: utilização e remoção. Programa de Pesquisa em Saneamento Básico – PROSAB 05. Rio de Janeiro: ABES, 2009. 428p.

SAWYER, C. N.; CARTY, E. Mc. Chemistry for Environmental Enginers. Mc Graw Hill Book Company, 3° ed. 1982.

VON SPERLING, M. Introdução à qualidade das águas e ao tratamento de esgotos. 3. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2005. Princípios do tratamento biológico de águas residuárias, v. 1, 452p.

VON SPERLING, M., Lodos Ativados. "Princípios do Tratamento Biológico de Águas Residuárias", v. 4, 2002, 428p.

21- Tópicos Especiais
Professor: Heber Rogério Grácio e outros professores do curso /outras instituições, havendo alternância de docentes.
Carga Horária:45 - créditos:3

Ementa:

Aprofundar os debates sobre os fundamentos das diferentes Metodologias em trabalhos Interdisciplinares com foco nas Ciências Ambientais. Debater sobre Temas relacionados as Ciências Ambientais com abordagens interdisciplinar. Temas referentes a Ciências Ambientais com abordagem interdisciplinar, incluindo diversas metodologias, Estudo de pesquisas relevantes para Ciências Ambientais com abordagem interdisciplinar.

Bibliografia:

PHILIPPI JR., ARLINDO. Interdisciplinaridade em Ciências Ambientais / A. Philippi Jr., C. E. M. Tucci, D. J. Hogan, R. Navegantes. - São Paulo : Signus Editora, 2000.

MORIN, Edgar. Ciência com Consciência. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

22- Saúde das Populações
Professora: Carla Simone Seibert
Carga Horária:45- créditos: 3

Ementa:

Estudar as condições de saúde das populações e as relações do homem com o ambiente. Determinantes das condições de saúde das populações; - Geografia da Saúde: doenças e riscos; - Saúde das populações urbanas e rurais; - Saúde das populações tradicionais; - Doenças tropicais; - Doenças hereditárias; - Ecologia humana: relação entre os sistemas ambientais e às necessidades básicas dos sistemas humanos. - Ecologia Cultural: noções da importância de crenças, rituais e tabus na mediação das relações do homem com o ambiente.

Bibliografia:

ANDREAZZI, M.A.R.; BARCELLOS, C.; HACON, S. Saneamento e saúde: Velhos indicadores para novos problemas. Revista Panamericana de Salud Pública / Pan American Journal of Public Health, v. 22, p. 211-217, 2007.

AUGUSTO, L.G.S.; GURGEL, A.M.; GURGEL, I.D.; BEDOR, C.N.G.; SIQUEIRA, M.T.; SARPA, M.; FRIEDRICH, K . O impacto dos agrotóxicos sobre a saúde e o meio-ambiente. PUCviva Revista, v. 36, p. 8-12, 2009.

BARCELLOS, C. O território: Entre o ambiente e a saúde. Cadernos de Saúde Pública (FIOCRUZ), v. 23, p. S486-S487, 2007.

BARCELLOS, C.; MONTEIRO, A.M.V.; CORVALAN, C.; GURGEL, H.C.; CARVALHO, M.S.; ARTAXO, P.; HACON, S. Mudanças climáticas e ambientais e as doenças infecciosas: cenários e incertezas para o Brasil. Epidemiologia e Serviços de Saúde, v. 18, p. 285-304, 2009.

BARCELLOS, C.; MONTEIRO, A.M.V.; RAGONI, V.; CORVALAN, C.; GURGEL, H.C.; CARVALHO, M.S.; HACON, S.; ARTAXO, P. A saúde frente às mudanças ambientais e climáticas. Democracia Viva, v. 43, p. 64-69, 2009.

CARNEIRO, F. ; OLIVEIRA, M.L.C.; NETTO, G.F.; CANCIO, J.; GALVÃO, L.A.; CORVALAN, C. ; BONINNI, E.M.; AUGUSTO, L.G.S. Meeting Report: Development of Environmental Health Indicators in Brazil and Others Countries in the America. Environmental Health Perspectives, v. 114, p. 1407-1408, 2006.

CARTIER, R.; BARCELLOS, C.; HÜBNER, C.; PORTO, M.F. Vulnerabilidade social e risco ambiental: uma abordagem metodológica para avaliação de injustiça ambiental. Cadernos de Saúde Pública (ENSP. Impresso), v. 25, p. 2695-2704, 2009.

DIAS, E. ; RIGOTTO, R.; AGUSTO, L.G.S.; CANCIO, J. ; HOEFEL, M.G.L. Saúde ambiental e saúde do trabalhador na atenção primária à saúde, no SUS: oportunidades e desafios. Ciência & Saúde Coletiva, v. 14, p. 2061-2069, 2009.

LOPES, M.A.O. Experiências históricas dos quilombolas no Tocantins: organização, resistência e identidades. Revista Patrimônio e Memória (CEDAP-UNESP), São Paulo, v. 5, n.1, p. 107-126, 2009.

MIRANDA, A. (ORG.); BARCELLOS, C. (ORG.); MOREIRA, J. (ORG.); MONKEN, M. (ORG.). Território, Ambiente e Saúde. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008. v. 1. 272 p

REGO, M.A.V.; AUGUSTO, L.G.S. Saúde e Ambiente no Brasil: desenvolvimento, território e iniqüidade social. Cadernos de Saúde Pública (FIOCRUZ), v. 23, p. 475-485, 2007.

SANTOS, S.L.; AUGUSTO, L.G.S. Modelo multidimensional para o controle da dengue: uma proposta com base na reprodução social e situações de risco. Physis (UERJ. Impresso), v. 21, p. 177-196, 2011.

SANTOS, S.L.; CABRAL, A.C.S.P.; AUGUSTO, L.G.S. Conhecimento, atitude e prática sobre dengue, seu vetor e ações de controle em uma comunidade urbana do Nordeste. Ciência e Saúde Coletiva. v. 16, p. 3129-3140, 2011.

23- Geoecologia das Paisagens
Professor: José Ramiro Lamadrid Marón
Carga Horária:45- créditos: 3

Ementa

Analisar com os participantes os fundamentos teóricos, práticos e metodológicos da investigação das paisagens. Familiarizar os participantes com métodos de campo e gabinete. Princípios, fundamentos teórico-práticos e metodológicos básicos da geoecologia da paisagem, necessários para os trabalhos de diagnostico, planificação e uso dos espaços geográficos. Características das ciências nos séculos XX e XXI. A Natureza geográfica. Envoltura geográfica. Paisagem. Definições e concepções cientificas. Principais leis geoecológicas de caráter planetário. Introdução a componentes naturais da paisagem: geologia, climatologia e meteorologia, geomorfologia, pedologia, cobertura vegetal. Estrutura vertical e horizontal das paisagens. Gênese e funcionamento. Dinâmica. (corto, meio e longo prazos). Interferências nos paisagens. Indicadores. Paisagem rural e urbana. Características. Principais métodos de analise da paisagem. Principais usos das paisagens Vulnerabilidade, sustentabilidade, gestão e manejo das paisagens. Cartografia temática das paisagens. Estudo de caso.

Bibliografia

LAMADRID, José R. Geoecologia da paisagem. Notas das aulas. Universidade Federal do Tocantins. Curso de Mestrado. Palmas, 2005.
---------- Metodologia para o desenvolvimento dos trabalhos de campo físico geográfico. Tese para a obtenção do grado cientifico de Doutor em Ciências (em espanhol). Universidade da Habana, Cuba. 1991; e Universidade de São Paulo (USP), 2002.

MATEO, J.M.R; da Silva E.V; Cavalcanti, A.P.B. Geoecologia das paisagens. Uma visão geosisstemica da análise ambiental.

PASSOS, Mesias, Modesto dos. Amazônia: teledetecção e colonização. São Paulo: Fundaçãp Editora da UNESP, 1998.

SEPLAN. Atlas do Tocantins. Subsídios ao planejamento de gestão territorial. Diretoria de Zoneamento Ecológico-Económico. Palmas, 1999.

SOSA, Y.G., Rodriguez, C.M.D. e outros. Geografia Fisica General. Temas seleccionados.(em espanhol). Habana, Cuba: Editorial Pueblo y Educación, 2004.

STRALHER, S, N. Geografia Física. S.Paulo: Editora Mc. Graw Hill, 2000.

TEIXEIRA, Guerra, Antônio José. Avaliação e perícia ambiental. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

TEIXEIRA, Guerra, Antonio José; Motta de Toledo, M.C. e outros. Decifrando a Terra. São Paulo: Oficina de textos, 2000.

TRICART, Jean. Ecodinámica. Rio de Janeiro: IBGE. Diretoria Técnica, 1977.

VITE, A; Antonio C.; Teixeira , Antonio T. Reflexões sobre a Geografia Física no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Bertand Brasil, 2004.

Sítios INTERNET:

SEPLAN-TO; INPE; EMBRAPA; American Scientific (Brasil); NASA; Instituto Meteorologia; CPTEC; IBAMA; MMA; NHC; SBPC.

24- Processos Ecológicos em Zonas Ripárias
Paula Benevides de Morais
Carga Horária:45- créditos: 3

Ementa

Estabelecer os princípios teóricos e abordagens metodológicas para o estudo dos processos ecológicos de ciclagem de matéria e estruturação do habitat em zonas ripárias de ecossistemas aquáticos de cabeceira. Discutir a integridade ambiental de bacias hidrográficas com ênfase no papel das zonas ripárias e dos rios de cabeceira para a manutenção da qualidade ambiental de bacias hidrográficas Estabelecer princípios da discussão acerca dos fenômenos de instabilidade global, especialmente o aquecimento global, sobre os processos ecológicos nestes ecossistemas. Princípios teóricos da ecologia de rios: teoria do rio contínuo, zonas-tampão, integridade ambiental. O rio e sua bacia de drenagem. Morfometria de bacias hidrográficas e as dimensões em ambientes lóticos. Teorias conceituais sobre a estrutura e a organização das comunidades lóticos. Professora laboradora nesta etapa: Dra. Elineide Marques Eugênio (PPGCIAMB) Fatores hidrológicos, físicos e químicos de importância para a biota nos cursos de água. Transporte de sedimentos, matéria particulada e nutrientes em rios: aspectos gerais e avaliação. Hidrologia e morfometria de riachos e bacias: vazão e fluxo, categorias e classificação de trechos, caraterização ambiental de trechos de riachos. Pratica em caraterização física de habitats. Professor colaborador nesta etapa: Dr. Fernando Morais (PPG CIAMB) Ecologia funcional em zonas ripárias: ciclagem de matéria em rios,

contribuições autóctones e alóctones, comunidades decompositoras, teoria da decomposição. Prática em processos e medidas de decomposição. Professoras colaboradoras nesta etapa: Dra Anelise Kappes Marques (Bolsista PNPD do PPGEE/UFT); Dra. Adriana de Oliveira Medeiros (PPG Ecologia e Biomonitoramento da UFBA) Modelagem matemática em ecologia: modelos estáticos e de logica fuzzy na modelagem do ciclo do carbono em rios. Práticas metodológicas: Calculo de taxas de decomposição. Parâmetros físicos, físico-químicos e biológicos. Professor colaborador nesta etapa: Dr Anderson Santos (PPG Ecologia da Universidade Estadual de Montes Claros). Fitossociologia, florística e zonagem de ecossistemas florestais em área ripária: levantamento e inventário florestal, a importância da taxonomia e das coleções botânicas; a ecologia de matas ripárias. Práticas em coleta, processamento e análises do aporte vegetal. Professor colaborador nesta etapa: Dr. Amilcar Saporetti (Bolsista PPG Rede Bionorte). Percepção, apropriação e uso de instrumentos e protocolos de integridade ambiental de ecossistemas de riachos pelas comunidades de entorno. Pratica em percepção ambiental da interação zona ripária-corpo hídrico. Professor colaborador nesta etapa: Dr Lucas Barbosa e Souza (PPGCIAMB).

Bibliografia

GRAÇA, M.A.S., BARLOCHER, F., GESSNER, M.O., 2005. Methods to Study Litter Decomposition. Springer. 185-187.

ODUM, H T. Systems ecology: an introduction. New York: John Wiley & Sons. 1983.

PAIVA, JBD; CHAUDRY, FH; REIS, LFR. Monitoramento de bacias hidrográficas e processamento de dados. Coletânea REHIDRO – FINEP. São Carlos: Rima, 2004.

SANTOS, JE; CAVALHEIRO, F; PIRES, JSR; OLIVEIRA, CH; PIRES, AMZCR. Faces da polissemia da paisagem: ecologia, planejamento e percepção. Vol 1 São Carlos: Rima 2004.

SILVA JUNIOR, MC; PEREIRA, BAS. 100 árvores do ecrrado e mata de galeria Guia de campo; Brasilia: Ed Rede de semesntes do cerrado. 2007.

SILVA JUNIOR, MC; PEREIRA, BAS. +100 árvores do ecrrado e mata de galeria Guia de campo; Brasilia: Ed Rede de semesntes do cerrado. 2009.

MUNHOZ, CBR; EUGENIO, CUO; OLIVEIRA, RC. Vereda: guia de campo. Brasilia: Rede de sementes do Cerrado. 2011.

ALLAN, J.D. Stream ecology. Structure and function of running waters. Chapman & Hall. London. 388p. 1995.

CARMOUZE, J.P. O metabolismo dos ecossistemas aquáticos. Fundamentos teóricos, métodos de estudo e análises químicas. Ed. Edgard Blucher Ltda. Ed. FAPESP. 253p. 1994.

HAUER, F.R. & G.A. LAMBERTI (EDS.) Methods in stream ecology. Academic Press. San Diego. 674p. 1996.

25- Microbiologia Médica Ambiental
Professor: Aparecido Osdimir Bertolin
Carga Horária:45- créditos: 3

Ementa

Identificação de microrganismos: bactérias, fungos filamentosos/leveduras e vírus; sua distribuição no Ambiente; seu metabolismo, enumeração e isolamento em diferentes situações; seu controle natural ou provocado; pontos críticos de contaminação microbiológica; revisão de programas de qualidade microbiológica. Microrganismos e Saúde: doenças de veiculação hídrica, geológicas, zoológicas, anemológicas. Indicadores fecais. Microbiologia da água. Microrganismos em diferentes Resíduos. Reuso de águas residuais. Isolamento seletivo e screening de microrganismos em Ecossistemas brasileiros e/ou Hospitais. Técnicas para detecção e monitoramento de microrganismos de interesse Industrial, Agrícola e Ambiental. Aplicação de métodos rápidos para caracterização fenotípica e molecular de microrganismos. Fingerprinting molecular de microrganismos, e caracterização da diversidade de microrganismos em amostras de Ecossistemas e Hospitais através da análise direta de fragmentos de ampliação. dentro da Microbiologia Sanitária quanto da Saúde Pública; respeitando sobre tudo as Normas de Ética e de Biosegurança.

Bibliografia

UNIVERSITY OF WISCONSIN – MADISON. Bacteriology ate UW-Madison – Procaryotic Microbiology. Sammer –2004.

MADIGAN, MARTINKO and PARKER. Biology of Microorganismis. Eighth Edition. Southern Illinois University, Carbordale, 2001.

LACERDA, M. V. G.; MOURÃO, M. P. G.; TAVARES, A. M. Rotinas da Fundação de Medicina Tropical do Amazonas. Manaus : VIGISUS. Amazonas, 2003.

KONEMAM, E. W. et al. Diagnóstico Microbiológico. Rio de Janeiro : Editora MÉDIC., 5ª edição, 2001.

SIDRIM, J. J. C. e ROCHA, M. F. G. Micologia Médica à Luz de Autores Contemporâneos. Rio de Janeiro : Guanabara Koogan, 2004

BROOKS, G. F; BUTEL, J. S.; ORNSTON, L. N,. [et al.]. Microbiologia Médica. 20. ed. Rio de Janeiro : Guanabara Koogan, 1998

MINS, C.; PLAYFAIR, J.; ROIT, I.; [et al.}. Microbiologia Médica. 2. ed. São Paulo : Manual, 1999.

26- Estatística
Professora: Talita Buttarello Mucari
Carga Horária:45- créditos: 3

Ementa

Estatística Descritiva, Introdução à Teoria de Probabilidade, Distribuição de Variáveis Aleatórias, Hipóteses Estatísticas, Testes de Hipóteses, Testes Não-Paramétricos, Correlação e Regressão, Análise de Variância, Teste de Tukey.

Bibliografia

SPIEGEL, M. R. Estatística. 3ª ed. São Paulo: ed. Makron Books Ltda. p. 643. 1993

FONSECA, J. S. da. Cursos de Estatística. 6ª ed. São Paulo, ed. Atlas. 320p. 1996.

BERGUD, E. S. Bioestatística. 2ª ed. São Paulo: ed. EPU. 351P, 2000.

VIEIRA, S. Estatística Experimental 2ªed. Rio de Janeiro: ed. Atlas S. A. 185p. 1999.

VIEIRA, S. Introdução à Bioestatística. 3ª ed. Rio de Janeiro: ed. Campus. 196p. 1980.